



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LETRAS E ARTES
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS – LÍNGUA PORTUGUESA

GAYLHA WÉGILA DE OLIVEIRA

PRONOMES PESSOAIS SOB UMA ÓTICA VARIACIONISTA: O
COMPORTAMENTO DOS PRONOMES SUJEITO E COMPLEMENTO EM
ENTREVISTAS E ARTIGOS

CAMPINA GRANDE – PB

2021

GAYLHA WÉGILA DE OLIVEIRA

**PRONOMES PESSOAIS SOB UMA ÓTICA VARIACIONISTA: O
COMPORTAMENTO DOS PRONOMES SUJEITO E COMPLEMENTO EM
ENTREVISTAS E ARTIGOS**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia),
apresentada à coordenação do curso de
graduação em Licenciatura em
Letras/Português, da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito para obtenção do título
de Licenciada em Letras/Português.

Área de concentração: Linguística

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Marta Anaísa Bezerra Ramos.

CAMPINA GRANDE – PB

2021

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

O48p Oliveira, Gaylha Wegila de.
Pronomes pessoais sob uma ótica
variacionista [manuscrito] : o
comportamento dos pronomes sujeito e complemento em
entrevistas e artigo / Gaylha Wegila de Oliveira. - 2021.
80 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Letras Português) - Universidade Estadual da Paraíba,
Centro de Educação , 2021.

"Orientação : Profa. Dra. Marta Anaísa Bezerra
Ramos , Coordenação do Curso de Letras Português -
CEDUC."

1. Pronomes pessoais. 2. Variação. 3.
Referencialidade. 4. Gênero jornalístico. I. Título

21. ed. CDD 469.5

GAYLHA WÉGILA DE OLIVEIRA

**PRONOMES PESSOAIS SOB UMA ÓTICA VARIACIONISTA: O
COMPORTAMENTO DOS PRONOMES SUJEITO E COMPLEMENTO EM
ENTREVISTAS E ARTIGOS**

Trabalho de Conclusão de Curso
(Monografia), apresentada à
coordenação do curso de graduação
em Licenciatura em
Letras/Português, da Universidade
Estadual da Paraíba, como requisito
para obtenção do título de
Licenciada em Letras/Português.

Área de concentração: Linguística

Aprovada em: 04/06/2021.

BANCA EXAMINADORA

Marta Anaísa Bezerra Ramos.

Prof.^a Dr.^a Marta Anaísa Bezerra Ramos
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Dalva Lobão Assis.

Prof.^a Dr.^a Dalva Lobão Assis
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Raniere Marques Melo

Prof. Me. Raniere Marques Melo
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me permitir chegar até aqui, por não me deixar desistir, por não soltar minha mão e por me fazer lembrar que sou capaz de enfrentar desafios e vencê-los.

À minha orientadora, professora Marta Anaísa, por me aceitar como orientanda, por acreditar na minha capacidade, pela paciência de ajudar nos mínimos detalhes e pela influência positiva de me fazer apaixonar por uma área tão incrível e carente de pesquisadores.

À banca avaliadora deste trabalho, composta por professores extraordinários (Prof.^a Dalva e Prof. Raniere) que se dedicam com tanto êxito e cuidado a vida acadêmica, além de serem pessoas admiráveis.

À minha família, amigos e até colegas de trabalho por me aguentarem neste período falando aos quatro ventos sobre os pronomes e suas variações, além de escutarem minhas lamúrias quanto às dificuldades e detalhamento da área.

Ao meu filho, pois me motiva a perseverar e buscar sempre o novo e o melhor, em prol de um futuro cada vez mais brilhante.

Ao meu esposo, Wendel, por segurar todas as “barras” nas noites de escrita deste trabalho, por entender minhas ausências, seja no afeto, seja nas responsabilidades.

À minha irmã Taisa Gleicy, por ser também alguém fundamental neste processo, no quesito apoio e amparo.

A todos, que de uma forma direta e indireta contribuíram para a culminância desse objetivo.

“A língua é um rio caudaloso, longo e largo, que nunca se detém em seu curso, a gramática normativa é apenas um igapó, uma grande poça de água parada, um charco, um brejo, um terreno alagadiço, à margem da língua. Enquanto a água do rio/língua, por estar em movimento, se renova incessantemente, a água do igapó/gramática normativa envelhece e só se renovará quando vier a próxima cheia.”

Marcos Bagno

RESUMO

Neste trabalho apresentamos uma abordagem dos pronomes pessoais na função de sujeito e de complemento em textos jornalísticos – entrevistas e artigos –, sob um enfoque variacionista. Nesse sentido, objetivamos investigar as formas de representação do sujeito e os graus de referencialidade, bem como as do complemento nesses textos. Utilizamos como *corpus* uma amostra de 8 (oito) entrevistas e 20 (vinte) artigos de periódicos diversos, a partir de uma perspectiva sincrônica da língua. A pesquisa é descritivo-analítica, de base quantitativa e qualitativa. Para uma melhor compreensão do tema, a revisão bibliográfica contempla os conceitos de língua e de gramática na perspectiva funcionalista da língua, passando por abordagens acerca da gramaticalização, focalizando as transformações ocorridas no processo de gramaticalização dos pronomes. Para isso, nos baseamos em autores como Neves (1997), Martellota (2006), Cunha e Tavares (2016), Monteiro (1994), Castilho (2010), Viera e Freire (2012), entre outros. Para a abordagem das noções de sujeito e complemento pronominal na perspectiva tradicional, recorremos a Cunha e Cintra (2001), Rocha Lima (2002) e outros. A análise nos permitiu concluir, em relação à primeira pessoa, que há tendência ao apagamento do sujeito, especialmente em relação ao *nós*, quanto à segunda e terceira pessoas, há tendência de preenchimento do sujeito. Sob o aspecto da referencialidade, verificamos que a primeira pessoa do singular tem usos definidos, enquanto a do plural tende à indefinição. A segunda pessoa, tem referente definido, quando usado na referência ao interlocutor (na entrevista), mas o *você* é também utilizado como estratégia de indeterminação. E terceira pessoa, por ser anafórica, tem exclusivamente referência definida no texto.

Palavras-chave: Pronomes pessoais. Variação. Referencialidade. Gênero jornalístico.

ABSTRACT

In this research, we present an approach to personal pronouns (pronomes pessoais) in the function of subject and complement in journalistic texts - interviews and articles -, under a variationist approach. In this sense, we aim to investigate the forms of representation of the subject and the degrees of referentiality, as well as the complement in these texts. We used as a corpus a sample of 8 (eight) interviews and 20 (twenty) articles from different journals, from a synchronic perspective of the language. The research is descriptive-analytical, with a quantitative and qualitative basis. For a better understanding of the theme, the bibliographic review contemplates the concepts of language and grammar in the functionalist perspective of the language, going through approaches about grammaticalization, focusing on the transformations that occurred in the process of grammaticalization of pronouns. For this, we rely on authors such as Neves (1997), Martellota (2006), Cunha and Tavares (2016), Monteiro (1994), Castilho (2010), Viera and Freire (2012), among others. To approach the notions of subject and pronominal complement in the traditional perspective, we use Cunha and Cintra (2001), Rocha Lima (2002) and others. The analysis allowed us to conclude, in relation to the first person (*eu*), that there is a tendency to erase the subject, especially in relation to the personal pronoun we (*nós*), as for the second (*you/tu*) and third persons (*he/ele*); there is a tendency to fill in the subject. Under the aspect of referentiality, we find that the first person of the singular has definite uses, while that of the plural tends to be undefined. The second person has a defined referent, when used in reference to the interlocutor (in the interview), but the personal pronoun *you* is also used as a strategy of indeterminacy. And third person, being anaphoric, has exclusively defined reference in the text.

Keywords: Personal pronouns. Variation. Referentiality. Journalistic genre.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Classificação dos itens tradicionalmente chamados “pronomes”	28
Figura 2 - 1ª PS – Representação quanto à forma no gênero artigo.....	52

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Quantificação dos dados da pesquisa.....	13
Tabela 2 -	Representação da 1ª pessoa do singular (Entrevista).....	49
Tabela 3 -	Representação da 1ª pessoa do singular (Artigo).....	51
Tabela 4 -	Representação da 1ª pessoa do plural no gênero entrevista.....	54
Tabela 5 -	Representação da 1ª pessoa do plural no gênero artigo.....	56
Tabela 6 -	Distribuição do pronome nós (nulo) quanto à referência.....	56
Tabela 7 -	Distribuição do pronome nós (pleno) quanto à referência	57
Tabela 8 -	Distribuição do pronome nós (Ø) quanto à referência no artigo.....	58
Tabela 9 -	Usos do você: 2ª P e indeterminador na entrevista	61
Tabela 10 -	Usos do você: 2ª pessoa e indeterminador no artigo	63
Tabela 11 -	Forma do pronome de 3ª P em entrevistas.....	67
Tabela 12 -	Formas do pronome de 3ª P em artigo.....	68
Tabela 13 -	Representação do pronome objeto no gênero entrevista.....	69
Tabela 14 -	Representação do pronome objeto no gênero artigo.....	71

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Definições de pronome.....	26
Quadro 2 – Definições de pronomes pessoais.....	31
Quadro 3 - Propostas de distribuição de pronomes pessoais em Castilho	33
Quadro 4 - Pronomes nominativos no PB, na visão de Kato e Duarte (2014)	40

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	15
2.1 Modos de abordagem da Língua: da visão de sistema ao de língua em uso	15
2.2 As noções de gramática/gramaticalização sob o viés funcionalista	19
2.3 Pronomes: conceitos e funções	24
<i>2.3.1 Os pronomes pessoais e a noção de pessoa</i>	31
2.4 O uso dos pronomes sob a abordagem variacionista	35
<i>2.4.1 Os pronomes na posição de sujeito e as variações no PB</i>	36
<i>2.4.2 Os pronomes na função de complemento e as variações no PB</i>	43
3 RESULTADOS E DISCUSSÕES	49
3.1 O pronome de primeira pessoa na posição de sujeito	49
<i>3.1.1 Primeira pessoa do singular: Eu (pleno) / Eu (Ø)</i>	49
<i>3.1.2 A primeira pessoa do plural: A gente / Nós (pleno) / Nós (Ø)</i>	54
3.2 A segunda pessoa do Singular (Você) e o uso inovador como estratégia de indeterminação	61
3.3 O pronome de terceira pessoa na função de sujeito	65
3.4 Ocorrências do pronome na posição de complemento	69
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
REFERÊNCIAS	76

1 INTRODUÇÃO

Sabemos que a variação é um fenômeno inerente a qualquer língua; por isso a língua vai se renovando. A variação se revela primeiramente na modalidade oral, mas também ocorre na modalidade escrita. O português no Brasil¹, doravante (PB), vem apresentando variações no sistema mórfico, sintático e também semântico e uma das mudanças ocorridas diz respeito ao modo de preenchimento do sujeito e do complemento, que foi alterado devido a variações no sistema pronominal. Para além do desaparecimento de formas arcaicas como o “vós”, o surgimento de formas inovadoras, como “você” e “a gente”, alternando com os pronomes “tu” e “nós”, no português brasileiro, promoveu mudanças significativas.

Como esclarece Lopes (2007), a forma “você”, que se originou da expressão nominal de tratamento (Vossa Mercê), manteve algumas propriedades mórficas, persistindo a especificação de 3ª pessoa para o “você”, embora a interpretação semântico-discursiva seja de 2ª pessoa; alteração que afetou o sistema de concordância e também o processo de correlação entre pronome pessoal e possessivo. Essa ausência de correlação é percebida na gramática como erro, devido à mistura nas formas de tratamento. Ou seja, o pronome “seu” é substituído pelo sintagma preposicional “dele”, uma estratégia possessiva usada para evitar a ambiguidade da forma “seu” que se associa as duas pessoas, tanto a segunda quanto a terceira.

No caso do pronome “a gente”, surgiu de um substantivo (gente), que também leva o verbo para a terceira pessoa do singular, mas a interpretação de plural dessa unidade faz com que muitas vezes o verbo seja flexionado no plural, por influência do pronome “nós”.

Em conseqüências das mudanças apresentadas, ocorreu, segundo Lopes (2000), uma simplificação no paradigma flexional, passando de seis (6) para três (3) formas: eu falo; tu/você/ele/a gente fala; vocês/eles falam, criando uma série de repercussões gramaticais no sistema de concordância. Uma outra transformação em curso, em conseqüência da inserção do “você” é a de que o português estaria passando de uma língua de sujeito nulo para uma língua

¹ Sabemos que o português se originou do latim vulgar, falado no noroeste da Península Ibérica, e que a língua latina foi sofrendo modificações, em decorrência de certos aspectos das línguas dos povos primitivos desta região. Assim, a língua portuguesa surgiu e assumiu seu próprio léxico, desde então, foi sofrendo outras inúmeras transformações e influências durante seus séculos de história. Ao chegar no território brasileiro com os povos portugueses, na época da colonização, a língua portuguesa conviveu com diversas outras línguas locais, como as línguas indígenas e línguas importantes de outros continentes como os idiomas africanos.

de sujeito preenchido². Há, ainda, ocorrência de uso do “você” em construções existências³; além disso, ambas as formas - “você” e “agente” - têm sido usadas como recurso de indeterminação do sujeito.

A autora menciona, ainda, que as formas “nós” e “a gente” são usadas concomitantemente, embora a forma inovadora esteja sendo cada vez mais empregada; quanto à variação entre “você” e “tu” depende dos contextos regionais e sociais. Castilho (2010, p. 289), por sua vez, apresenta quatro formas de representação do sujeito: por expressão nominal; por uma expressão pronominal; por toda uma sentença; por um zero sintático.

No caso do processo de retomada, na frase, de sintagmas⁴ na função de objeto direto ou indireto, a tradição gramatical apresenta como estratégia o emprego dos pronomes oblíquos, átonos ou tônicos. Mas, os falantes usam outras formas, como o uso do pronome reto “ele (s)” / “ela (s)”, (pronome pleno na função de complemento) e o vazio lexical, que segundo Oliveira (2007), são estratégias alternativas. Na visão de Monteiro (1994, p.165), há uma tendência ao apagamento dos pronomes objeto na modalidade oral do português brasileiro. Duarte (1984) confirma que esse apagamento do objeto é uma maneira de evitar o uso da forma arcaizante e o uso estigmatizado no PB. Outras alterações se apresentam no nível sintático, pois, além do uso do pronome pessoal do caso reto na função de complemento, há ocorrência do pronome oblíquo “lhe” ocupando lugar de objeto direto⁵.

Dada a importância da descrição desses fatos linguísticos para entender o funcionamento da língua, optamos por um enfoque variacionista, por considerarmos um tema não esgotado e que merece reflexão, apesar da grande quantidade de pesquisas sobre o tema. Nesse sentido, guiamo-nos pelos seguintes questionamentos:

- a) Quais as estratégias de representação do sujeito e de complemento usadas pelos usuários da língua? Há recorrência das estratégias alternativas (ou inovadoras) nesses textos?

² A esse respeito, afirmam Li e Thompson (1976) que o PB é uma língua de tópico e sujeito preenchido, sendo o sujeito nulo aplicável apenas a alguns contextos sintáticos. Confirmam isso pesquisas realizadas por Tarallo (1986), Duarte (1990) e Duarte (1995), Silva (1996), Kato (1999), Oliveira (2000), que revelam estar cada vez mais em declínio no PB o “sujeito nulo”.

³ Lopes (2007) cita como exemplo: “Você tem uma loja lá na rua que só vive em liquidação”.

⁴ Tratando-se de colocação pronominal, a GT expõe um conjunto de regras que explicam a relação posicional de pronomes e verbos, diferenciando as ocorrências de próclise (pronome colocado anterior ao verbo), ênclise (pronome depois do verbo) e mesóclise (pronome no meio do verbo). No caso do PB, há mais produtividade para a próclise, seja na fala, seja na escrita, revelando que na mesma língua, há normas distintas.

⁵ Sobre o emprego do pronome pessoal do caso reto na função de complemento, Faraco e Moura (1999), embora reconheçam que ocorra um uso frequente seja na língua oral seja na escrita, considera-no não gramatical.

- b) Em relação aos pronomes de 1ª e 2ª pessoas, na posição de sujeito, quais os usos mais recorrentes – a forma explícita ou não explícita (nulo); com referência definida ou indefinida? E quanto à variação no uso do pronome de 1ª pessoa do plural, qual das formas se faz recorrente nesses gêneros (*nós* ou *a gente*)?
- c) Em relação ao processo de representação do objeto direto, qual estratégia preferida? (SN, apagamento do objeto, clítico)?

Como objetivo geral, buscamos identificar as formas de representação do sujeito e as estratégias de retomada de complemento na função de objeto direto⁶, de modo a verificar se há variação no emprego dos pronomes no contexto dos gêneros analisados. E como objetivo específico, buscamos descrever os usos para observar se há obediência às regras prescritas pela tradição ou ocorrem formas alternativas (variantes), como sinalizam pesquisas na área.

Nessa perspectiva, utilizamos como *corpus* 8 (oito) edições de periódicos semanais diversos (Veja, Época, Isto É, Caras e Cláudia), publicados entre 2015 e 2020, dos quais analisamos 8 (oito) entrevistas de 20 (vinte) artigos⁷. O critério para a seleção dos textos foi a diferença no grau de formalidade; assim, os *artigos de opinião*, foram tidos como mais formais, em virtude do viés mais informativo, com exposição de fatos e ideias concretos, de caráter mais científico; e as *entrevistas* teriam menor grau de monitoramento, por se dedicarem a temas do cotidiano, envolvendo comportamento, beleza, moda, culinária. Os textos estão assim distribuídos:

Tabela 1: Quantificação dos dados da pesquisa

Periódico/Gêneros	ARTIGO	ENTREVISTA
Veja (2019)	11	3
Época (2019)	2	1
IstoÉ (2019)	3	1
Cláudia (2015/2020)	3	1
Caras (2020)	1	2
TOTAL	20	8

Fonte: Elaborada pela autora (2021)

Esta pesquisa é de natureza quanti-qualitativa, pois, na tentativa de estudar o processo de mudança que vem se consolidando no PB no sistema pronominal, não apenas quantificamos

⁶ Nesta pesquisa, devido a limitações espaço-temporais, fizemos um recorte do objeto de estudo, limitando-nos à abordagem do objeto direto. Pretendemos aprofundar esse aspecto bem como o objeto indireto em pesquisa posterior, em nível de pós-graduação.

⁷ O critério usado para definir a quantidade de textos para a coleta dos dados foi a equiparação da quantidade de laudas ou caracteres, tendo em vista a diferença do tamanho de cada um deles.

os dados, mas refletimos sobre os usos, visando a uma melhor compreensão do fenômeno estudado. Podemos classificar quanto aos objetivos, como uma abordagem descritiva, pois esta, segundo Silva (2008 *apud* Soares 2018, p. 153), “tem como objetivo principal a descrição de determinada população ou fenômeno, estabelecendo relações entre as variáveis”.

Quanto às etapas da pesquisa, primeiramente, identificamos os diferentes tipos de pronome-sujeito bem como dos pronomes-complemento, com a devida quantificação. Após isso, categorizamos os dados, e, em seguida, para dar suporte à análise, recorreremos à literatura da área para interpretá-los, refletindo sobre as variáveis que influenciam os usos, a fim de compreender o funcionamento dos pronomes nos textos.

Para explorar os fenômenos linguísticos citados, adotamos os pressupostos teóricos da gramática descritiva funcional, discutindo conceitos presentes em Neves (1997), Martellota (2006), Cunha e Tavares (2016). Para a discussão do funcionamento dos pronomes, consultamos gramáticos mais tradicionais como Cunha e Cintra (2001), Cegalla (2007), além de gramáticos como Bechara (2004), Azeredo (2008), e Castilho (2010), cujas abordagens revelam posturas mais inovadoras e ainda Monteiro (1994), que apresenta críticas aos estudos tradicionais. Em relação às pesquisas que apontam variações no uso dos pronomes pessoais na posição de sujeito e de objeto, seja nos registros formais seja nos informais, visitamos as pesquisas de base sociofuncionalista, como as de Seara (2000), Freire (2000), Oliveira (2007), Lopes (2007), Görski (2009), Viera e Freire (2012/2014) entre outros.

Organizamos os tópicos temáticos em (4) quatro seções, estando eles assim distribuídos: na seção (1), apresentamos os conceitos básicos da vertente teórica que fundamenta a pesquisa – noções de língua em uso, gramática e gramaticalização. Na seção (2), discorreremos sobre o objeto de estudo – pronome e seu emprego nas posições de sujeito e de complemento, iniciando pela revisão da tradição gramatical, seguindo-se as críticas apontadas a essa abordagem, finalizando com a resenha de pesquisas à luz de pressupostos sócio-funcionalistas. A discussão dos dados da pesquisa e reflexões quanto à variação evidenciada no uso dos pronomes é tema da seção (3), culminando nas considerações finais, seção (4).

2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

2.1 Modos de abordagem da Língua: da visão de sistema ao de língua em uso

Os estudos linguísticos têm como marco a publicação, em 1916, do Curso de Linguística Geral de Saussure. Mas, apesar de reconhecer a importância do aspecto social na comunicação, Saussure (1955) restringe os seus estudos à explicação da língua enquanto sistema; a fala, por ser individual, não é objeto de estudo, portanto, não há a preocupação, nesse momento, para os aspectos variáveis da língua. Diante disto, Saussure propôs a distinção entre *langue* e *parole*, fazendo da primeira o seu objeto de estudo. A partir dos estudos de Saussure, segundo Dirven e Fried (1987 *apud* Kenedy e Martelotta 2003, p.17), “três noções básicas passaram a caracterizar a evolução da linguística no século XX: sistema, estrutura e função”.

Saussure entendia a língua enquanto sistema, ou seja, um conjunto de elementos que se agrupam num todo organizado. Mais tarde, o termo sistema foi substituído pelo termo estrutura. Nessa concepção estruturalista, a língua era considerada um sistema fechado e a análise linguística estava restrita, segundo Kenedy e Martelotta (2003), como “uma rede de dependências internas em que se estruturam elementos da língua”. Nesta concepção, a língua é vista como homogênea e tida como uma entidade autônoma. Nesse sentido, para Saussure, as unidades linguísticas obedecem a certos princípios de funcionamento, constituindo um todo coerente, além de ver a língua como uma estrutura, uma organização que segue leis internas, estabelecidas dentro do próprio sistema.

Em virtude de inquietações e divergências em relação à abordagem da língua nos estudos saussureanos, novas discussões ocorrem, dando origem ao movimento denominado Círculo linguístico de Praga, em 1926, com integrantes Russos e Checos, dos quais se destacam os russos Trubetkoy e Roman Jakobson, surgindo a partir daí outro direcionamento aos estudos da linguagem.

A proposta defendida nesse momento é de que a língua seria um sistema de meios de expressão apropriados para um fim. Ou seja, a linguagem seria um sistema funcional. Surge o que se chama de estruturalismo funcional, que, não desconsiderando a língua enquanto sistema, entende que ela está intimamente relacionada à situação discursiva. Deste modo, o contexto de uso e a intenção dos interlocutores passam a ser levados em consideração no momento da observação da linguagem. Sobre o Círculo de Praga, Kenedy e Martelotta (2003) afirmam que houve uma estreita relação entre o Círculo de Praga e o psicólogo Karl Buhler, que deu à linguística de Praga uma feição diferente das outras escolas estruturais da Europa. Buhler,

diferente de Saussure, via a função como um elemento essencial da linguagem. Portanto, a escola de Praga, segundo Nichols (1984 *apud* Martelotta e Kenedy 2003, p. 18) praticou uma variante chamada de **função/relação**, na medida em que focalizou a relação do elemento com o sistema linguístico como um todo. Para Martelotta e Kenedy, a proposta de Nichols

prevê a relação de um elemento estrutural com ou dentro de uma unidade estrutural maior. O status de função/relação se opõe ao status categorial, não marcando esse último referência a uma ordem maior, mas simplesmente caracterizando a entidade como um portador de propriedades. (MARTELLOTA e KENEDY, 2003, p.18)

Ademais, conforme Martins (2009, p. 20), “as línguas não podem ser analisadas apenas como estruturas autônomas, dissociadas do uso, uma vez que elas existem para estabelecer relações comunicativas entre falantes e ouvintes”. Nesse contexto, Dirven e Fried (1987 *apud* Kenedy e Martelotta 2003) dividem os estudos estruturais em dois grandes polos: o formalista e funcionalista. O primeiro dá ênfase à forma linguística, concebendo a língua como uma unidade encerrada em si mesma, de caráter absoluto e estático. Este polo, que teve como principal teórico o linguista norte-americano Noam Chomsky⁸, analisa a língua como autônoma e independente – pensamento que emerge dos estudos realizados na Escola de Copenhague. O polo funcionalista tem como objeto de estudo predominante a função da forma linguística, concebendo a língua como um instrumento de comunicação; assim, não é absoluta e completa em si mesma, não é fixa e imutável, mas maleável, pois está sujeita a pressões externas que ajudam a determinar a sua estrutura – pensamento advindo dos estudos realizados no Circuito de Praga.

Martinet e Jakobson, importantes estudiosos da linguagem, são herdeiros dos pensamentos funcionalistas da escola de Praga. Além deles, também Haliday e estudiosos do grupo Holandês foram influenciados pelo funcionalismo da Escola de Praga. Apesar dos diversos estudos⁹ que se sucederam em consequência das discussões proporcionadas pelos grupos espalhados por toda a Europa, a escola funcionalista ganhou força. De acordo com Kenedy e Martelotta (2003, p.21), “o principal interesse de uma linguística funcional está nos

⁸ Noam Chomsky desenvolveu a teoria gerativa aproximadamente em 1950. Segundo Martins (2009, p. 20), a linguística gerativa tinha como objetivo “analisar, mais que o desempenho dos falantes (seu uso), a sua competência, o seu conhecimento linguístico subjacente” [...] “descrever e explicar a natureza e o funcionamento da faculdade da linguagem”. Por considerar a língua enquanto entidade autônoma e dissociada do uso, entende que, para analisá-la, não tem relevância o contexto ou a situação social.

⁹ Conforme Kenedy e Martelotta (2003, p. 20), o polo funcionalista “também pode ser visto em algumas escolas linguísticas pós-saussurianas da Europa do século XX”, como a escola de Genebra. Henri Frei, representante da escola de Genebra “notabilizou-se por sua análise referente aos desvios da gramática normativa, que segundo sua proposta, não são fortuitos, mas constituem tendências consequentes da necessidade de comunicação”.

processos relacionados ao êxito dos falantes ao se comunicarem por meio de expressões linguísticas”. Por conseguinte, a finalidade comunicativa, que é de transmitir uma informação, deve levar em consideração as intenções da comunicação e os contextos envolvidos.

Isto posto, segundo Votre e Naro (1996, *apud* Martins 2009, p. 20-21), o funcionalismo, “ênfatiza a relação entre forma e função, considerando a língua como uma estrutura que só pode ser explicada se levada em conta a comunicação”. Corroborando com este pensamento, é fundamental estudar os fenômenos relacionados à língua em uso para entendermos como a língua se transforma com o tempo, como as formas competem entre si, quais fatores influenciam para que uma forma sobressaia sobre outras, ou como as formas convivem e coexistem no uso linguístico.

Para compreendermos melhor a visão funcionalista da linguagem, o entendimento de termos como **discurso**, **enunciado** e **função** se faz necessário. Buboís (2003 *apud* Furtado e Cunha et al. 2013), define **discurso** como: “qualquer instância autêntica de uso da linguagem em todas as suas manifestações, quer dizer, qualquer ato motivado de produção e compreensão de enunciados em um contexto de interação verbal”. **Enunciado**, segundo Koch (1992), é a “manifestação concreta de uma ou mais frases, em situações de interlocução”. Quanto ao termo **função**, pode ser entendido sobre diversos aspectos.

Dillinger (1991) entende o termo função baseado no pensamento de Givon (1978) como as relações entre uma forma e outra, (função interna) uma forma e seu significado (função semântica) e entre sistema de formas e seu contexto, (função externa). Para Martinet, (1987 *apud* Neves 1994) o termo **função** só tem sentido se relacionado ao papel que exerce sob os homens na experiência comunicativa. Assim, é objetivo da linguística funcional determinar o modo como as pessoas conseguem se comunicar pela língua. Também Ascombre e Zaccaria (1990 *apud* Martins 2009) consideram que “a função de uma entidade linguística é constituída pelo papel que ela desempenha no processo comunicativo”. Para os linguistas da Escola de Praga, **função**¹⁰ diz respeito ao uso da linguagem para um determinado fim, ou seja, este termo estaria associado ao propósito ao qual os elementos linguísticos servem, apresentando assim uma ideia finalista. Essa pluralidade de sentidos é apontada por Nichols (1984 *apud* MARTINS 2009, p. 23), que afirma:

“Função é um termo polissêmico e não uma coleção de homônimos. Todos os seus sentidos e a dependência de um dado elemento estrutural a elementos de outra ordem ou domínio (estrutural ou não-estrutural), e todos eles têm a ver com o papel

¹⁰ Sobre as acepções do termo função, resume Nichols (1984 *apud* Martins 2009): *função/interdependência, função/propósito, função/contexto, função/relação e função significados*.

desempenhado por um dado elemento estrutural no conjunto mais amplo da linguagem e da comunicação”.

O estudo das funções da linguagem se deu a partir de Karl Buhler, que propõe as seguintes funções¹¹: de representação, de exteriorização psíquica e de apelo. Neves (1994, p.110) explica que “cada evento de fala constitui um drama, no qual se reconhecem três elementos: uma pessoa informa outra pessoa de algo, e é nessa atividade que se manifestam as três funções, as quais não são mutuamente exclusivas, mas coexistem no mesmo evento”.

Halliday (1977 *apud* Neves 1994, p. 111) distingue três funções primordiais da linguagem: primeiramente a linguagem serve à *expressão do conteúdo*. “É por meio dessa função que o falante e o ouvinte organizam e incorporam na língua sua experiência dos fenômenos do mundo real, o que inclui suas reações, cognições e percepções”. A linguagem serve ainda à *função interpessoal*, isto é, o falante usa a linguagem como meio de participar do evento da fala”. Embora essas duas funções pareçam suficientes, existe ainda uma terceira: a *função textual*: “por ela a linguagem contextualiza as unidades linguísticas, fazendo-as operar no contexto e na situação: o discurso torna-se possível porque o emissor pode produzir um texto, e o ouvinte ou leitor pode reconhecê-lo”.

Para Halliday (1973) e Halliday e Hasan (1985), a função da linguagem pode ser entendida como o “uso” que as pessoas fazem da linguagem, ou seja, as funções que a linguagem serve na vida dos indivíduos. Portanto, a língua se faz em função do uso e sofre alterações influenciadas por estes usos.

Sobre a relação entre o discurso (ou uso) e a gramática, Du Bois (1993 *apud* Neves 1997, p 15) afirma que esta relação é regida pelos seguintes princípios: “a) a gramática molda o discurso; b) o discurso molda a gramática; ou ‘a gramática é feita à imagem do discurso’; mas: ‘o discurso nunca é observado sem a roupagem da gramática’”. Assim, em consonância com a linguística funcionalista, entendemos a língua enquanto atividade social que se adapta às situações reais de uso e interação. Sobre esse aspecto, Cunha e Furtado (2016, p. 14) afirmam:

A língua é determinada pelas situações de comunicação real em que falantes reais interagem e, portanto, seu estudo não pode se resumir à análise de sua forma, já que essa forma está relacionada a um significado e a serviço do propósito pelo qual é utilizada, o que depende de cada contexto específico de interação.

¹¹ Ao conjunto de funções proposto por Buhler, Jakobson acrescenta: a referencial (associada ao contexto), a função emotiva (associada ao remetente), a função conativa (relacionada ao destinatário), a função fática (relacionada ao contato), a função metalinguística (relacionada ao código) e a função poética (relacionada à mensagem). (NEVES, 1994).

Isto posto, não podemos estudar a língua sem levar em consideração a gramática. Conforme Neves (1994, p. 112), “gramática funcional é uma teoria geral da organização gramatical de línguas naturais que procura integrar-se em uma teoria global de interação social”. Para entendermos melhor esta relação do estudo da língua e gramática, veremos no próximo tópico os conceitos essenciais de gramática e seus tipos e a relação desses conceitos para o estudo e entendimento da língua enquanto atividade social.

2.2 As noções de gramática/gramaticalização sob o viés funcionalista

Travaglia (1998) apresenta três concepções de linguagem às quais se associam as noções de língua¹², e, em decorrência, diferentes concepções de gramática.

Na primeira concepção, linguagem enquanto *expressão do pensamento*, a expressão se constrói no interior da mente, sendo a língua a tradução do pensamento. Logo, se o pensamento não é organizado, o indivíduo não consegue se expressar bem. A enunciação é considerada um ato monológico e individual que não sofre interferência da situação social. Desse modo, "presume-se que há regras a serem seguidas para a organização lógica do pensamento e, conseqüentemente, da linguagem". (p. 21.) Essas regras constituem as normas gramaticais do falar e escrever "bem" que, aparecem nos chamados estudos linguísticos tradicionais e resultam na gramática normativa¹³ ou tradicional. Nesta concepção, a língua é apenas a norma culta da língua, a norma privilegiada, sendo as demais vistas como desvios ou erros.

Na segunda concepção, linguagem como *instrumento de comunicação*, a língua, segundo Travaglia, 1998, é um código ou conjunto de signos que se combinam para viabilizar a comunicação, a partir de uma relação de trocas entre o emissor e o receptor. O código, portanto, é um ato social e precisa ser conhecido pelos envolvidos no processo de interação para que a comunicação se efetive. Nesse sentido, de acordo com o autor, para que as informações que o locutor tem em mente cheguem ao interlocutor, ele deve colocá-las em

¹² Castilho (2010, p. 42) apresenta a seguinte associação: língua como um conjunto de produtos/ gramática descritiva; língua como um conjunto de processos mentais estruturantes /gramática funcionalista-cognitivista; língua como um conjunto de processos e de produtos que mudam ao longo do tempo/ gramática histórica; língua como um conjunto de usos bons / gramática será prescritiva.

¹³ Nossas gramáticas normativas atuais são herança de uma tradição clássica greco-romana, cuja norma se baseia numa concepção de língua homogênea, tida como um padrão abstrato que existe independente dos indivíduos que a falam. As regras gramaticais são rígidas e fixadas a partir de textos escritos literários de alguns escritores portugueses e brasileiros, constituindo, segundo Lyons (1979), o “erro clássico” da tradição gramatical. As edições mais modernas das chamadas gramáticas pedagógicas, embora atualizem os exemplos utilizando textos variados da literatura e da mídia brasileira, seguem, em geral, o padrão prescritivo das gramáticas mais clássicas. (GÖRSKI E COELHO 2009, p. 74).

código (codificação) e remetê-las para outro através de um canal (ondas sonoras ou luminosas). Do mesmo modo, o interlocutor transmite uma nova mensagem (informações), através do código, ocorrendo, pois, a decodificação.

A gramática, nessa concepção, comporta as regras utilizadas pelos falantes e podem ser gramaticais (usos que seguem as prescrições da variedade culta da língua) ou agramaticais (usos que se distanciam desta norma culta). É função da gramática descritiva fazer “uma descrição da estrutura e funcionamento da língua, de sua forma e de sua função”. E saber gramática “é ser capaz de distinguir, nas expressões de uma língua, as categorias, as funções e as relações que estão usando”. (TRAVAGLIA, 1998, p. 27).

Sobre a terceira concepção, a *linguagem como forma ou processo de interação*, a língua é uma forma de ação, pois serve não apenas para exteriorizar um pensamento, ou transmitir informações, mas para agir sobre o interlocutor (ouvinte/leitor). A língua é “um conjunto de variedades utilizadas por uma sociedade de acordo com o exigido pela situação de interação comunicativa em que o usuário da língua está engajado”. (TRAVAGLIA, 1998, p. 28). Nesta concepção, a linguagem é um local de interação humana, de interação de produção de efeitos de sentido a partir do contexto. Cada indivíduo, portanto, ocupa um lugar de fala de acordo com suas concepções, percepções e experiências. Assim, a verdadeira substância da linguagem, nesta concepção, é o fenômeno da interação social.

Neste sentido, a gramática é um conjunto de regras que o falante aprendeu e lança mão no ato da comunicação. Sendo um saber linguístico, saber gramática não teria a ver com escolarização, mas com a atividade linguística. Assim, a gramática é tida, nesta concepção, como *gramática internalizada*. Esta gramática desprende-se do sentido de certo e errado adotado pela gramática tradicional e adota o princípio da adequação ou inadequação de uso. Assim, os fatos sócio-históricos-ideológicos determinam a forma correta a ser utilizada, dependendo do contexto de uso e dos envolvidos na interação.

Na visão de Possenti (1996), a gramática descritiva funcional diferencia-se das concepções anteriores por entender que a língua é dinâmica, que há motivações e fatores que influenciam os usos e que as alterações partem do uso linguístico e da necessidade de comunicação dos falantes da língua, sendo levado em consideração o contexto e as intenções linguísticas. Na perspectiva funcionalista, estudar a língua é, pois, compreender os contextos de uso, as intenções dos falantes e os objetivos discursivos para com os interlocutores.

Para Neves (1995), “a gramática funcional¹⁴ visa a explicar regularidades nas línguas, e através delas, em termos de aspectos recorrentes das circunstâncias sob as quais as pessoas usam as línguas”. A tradição ainda resiste a esta concepção de língua e as gramáticas trazem apenas os aspectos formais contemplando unicamente a forma de uso privilegiada da língua. Sendo pautada no uso, a gramática funcional está associada a pragmática. A pragmática está associada ao uso da língua, ou seja, ao contexto real de interação. Nesse contexto, a gramática, segundo Neves e Tavares (2016, p. 99), “é concebida como o conjunto das regularidades linguísticas, como o modo ritualizado ou comunitário do uso; se ao discurso cabe a liberdade e autonomia da expressão, à gramática compete a sistematização e regularização”.

O funcionalismo explica a organização da gramática e a codificação linguística das estratégias gramaticais com base em princípios de natureza cognitiva e comunicativa. Dentre estes: a iconicidade, a marcação, o dinamismo comunicativo e a coerência temática (GIVÓN, 1995). Nesse sentido, Votre (1996, p. 27), refletindo sobre o paradigma da linguística funcional, toma o princípio da iconicidade como referência para o entendimento linguístico. Esse princípio reforça a ideia, segundo o autor, de que os humanos agem intencionalmente em termos linguísticos, embora nem sempre dê para saber de fato a intenção real em cada ato verbal. Assim a língua não se dá por acaso, mas há alguns fatores que influenciam o uso e variações de formas linguísticas como: razões de economia, eficiência, eficácia de formas, embora haja na visão do autor supracitado, algumas formas que mostram que nem tudo na língua é icônico, como as formas que vão mudando o seu sentido/significado com o passar do tempo. O autor cita o exemplo da palavra: *entretanto*, que antes era tida apenas com o sentido de algo que estava no interior ou dentro de outro item e hoje é usada como conectivo adversativo.

Assim, entender uma gramática intimamente fundamentada nos usos discursivos pressupõe a noção de estrutura não como o centro, mas a periferia da comunicação. O termo emergente usado para caracterizar a gramática se deve, conforme Hopper (1987), ao caráter provisório, processual de formação da língua, confirmando a noção de língua sempre em transformação, portanto passível de variação e mudança. Precisa-se, pois, compreender esta teoria a partir da perspectiva da língua viva, real, atual, cotidiana e seus diversos modos de uso e expressão. Nas palavras de Brito (2010, p. 206):

O adjetivo “emergente” da designação “gramática emergente” capta o carácter provisório, transitório, fluído da estrutura da língua, sempre adiada, sempre negociável na interacção real, cujo processo de formação nunca está acabado. Há

¹⁴ A gramática funcional considera a competência comunicativa, ou seja, a capacidade que os indivíduos têm de trocar informações através do diálogo, entendendo e se fazendo entender através dos códigos linguísticos.

sempre conjuntos e subconjuntos de activação de formas e de expressões recorrentes que estão em constante processo de inovação e alargamento e, concomitantemente, estão a fazer rear e contrair outros usos e práticas. A gramática é vista assim como um fenómeno social, tal como o discurso.

Hopper (1991) entende gramática emergente como movimento em que velhas formas ganham novas funções. Assim, estando a língua em constante transformação, essas mudanças vão aos poucos se consolidando nos usos e nos entendimentos da língua. A noção de gramática emergente implica uma rejeição, segundo Reinecke (2006, p 88), à ideia de gramática como “um domínio abstrato e superior à língua usada pelos seus falantes”, pois na interpretação do autor, Hopper faz uma “crítica à interpretação dualista da linguagem (gramática) como um conjunto de regras e o seu uso concreto como mera interpretação dessas regras” (Op. Cit.).

Por conseguinte, a gramática de Hopper é emergente, temporal e disputada. Temporal por seu aspecto social, sofrendo alterações ao longo do tempo, a partir dos usos. Nas palavras de Reinecke (2009, p. 88), “sua estrutura está permanentemente em desenvolvimento em um processo infinito e fornece a possibilidade de gerar algo novo, imprevisível”. A disputa está relacionada ao uso de mais de uma forma para um contexto gramatical, a exemplo das formas “a gente” e “você”, estudadas neste trabalho. Nessa perspectiva, essas formas, que convivem com aquelas já existentes “Nós” e “tu” vão ganhando força e credibilidade, mesmo entre os mais escolarizados e aos poucos vão se fixando nos compêndios de regras.

Essas transformações se dão a partir do processo de gramaticalização, que, de acordo com Castilho (2010), é um conjunto de processos pelo qual uma palavra ganha novas propriedades. Desta forma, temos nos termos de Castilho (1997, p. 110), “a atribuição de um carácter gramatical a uma palavra anteriormente autônoma”. Para o autor, esse processo pode ser sincrônico ou diacrônico ao mesmo tempo e as novas propriedades adquiridas nesse processo podem ser sintáticas, morfológicas, fonológicas e/ou semânticas, e em certos casos a palavra pode desaparecer.

Em consonância com essa tendência, Gonçalves et al (2007) reforçam que a gramaticalização pode ocorrer de forma sincrônica ou diacrônica, e estabelece duas formas de ocorrência da gramaticalização: *por paradigma*, ou *processo*. A abordagem da gramaticalização como *paradigma* focaliza a maneira como formas gramaticais e construções surgem e como são usadas. Os estudos da gramaticalização como *processo* se detêm na identificação e análise de itens que se tornam mais gramaticais. Outrossim, os autores explicam que a gramaticalização se instaura no momento em que uma unidade linguística adquire propriedades de formas gramaticais ou tem sua gramaticalidade ampliada. Por conseguinte,

essas propriedades vão se tornando membro de outras categorias, em razão de uma reanálise categorial, o que muitas vezes permite enquadrar uma única forma em diversas categorias.

Para Martelotta et al (1996, p. 46), a gramaticalização é unidirecional, pois “ítems lexicais e construções sintáticas, em determinados contextos, passam a assumir funções gramaticais e, uma vez gramaticalizados, continuam a desenvolver novas funções gramaticais”. Além disso, os itens lexicais e construções sintáticas passam a assumir funções referentes à organização interna do discurso ou a estratégias comunicativas.

Acrescente-se, conforme Hopper e Traugott (1993), que a gramaticalização não ocorre de maneira abrupta, isto é, a mudança de estatuto de um item lexical tem lugar através de transições graduais. Corroborando com esse pensamento, Traugott e Heine (1991, p. 8) afirmam, com base em estudos com várias línguas, que nem todas as classes são “prováveis de serem gramaticalizadas, pois existem alguns fatores que incentivam ou restringem o processo, dentre eles o conteúdo semântico, a saliência percentual, e a frequência da forma linguística”. Ainda para os autores supracitados, a gramaticalização envolve vários níveis: o cognitivo, o pragmático, o semântico, e o sintático.

Ferreira e Lima (2019, p. 122) confirmam isso, ao defini-la como “processo pelo qual um item sai do léxico para entrar na gramática”. São duas as motivações da gramaticalização, segundo esses dois últimos autores: as necessidades comunicativas não satisfeitas pelas formas existentes além de “conteúdos cognitivos para os quais não existem designações linguísticas, ou então, pela influência das que existem”. (FERREIRA e LIMA, 2019, p. 122).

Assim, na visão das autoras, “a gramaticalização pode ser considerada como regularidade, convencionalidade, modo de rotinização”. Deste modo, com o processo de gramaticalização, uma construção deixa de ser um meio inovador e se transforma em uma estratégia comum. O uso do “a gente” em substituição ao pronome pessoal de primeira pessoa do plural (um dos temas deste trabalho) é um exemplo de gramaticalização, como apontam estudos de Omena e Braga (1996), Lopes (2003) e Zilles (2005). Ainda não temos a consolidação deste processo, mas vários estudiosos já apontam esta tendência no PB.

Ademais, ao se estudar a gramaticalização, verificam-se diferentes etapas do desenvolvimento de um item ao longo do tempo, estas etapas envolvem relações de estratificação/variação, em que o item partilha e disputa funções com outras unidades. Assim, duas variantes em uso, disputam entre si até que uma se sobressaia a outra e isso pode levar bastante tempo. Conforme Silva e Oliveira (2017, p. 252), “as novas formas resultantes da gramaticalização ficam “sujeitas às pressões gerais da cognição e do uso. A recorrência do uso faz com que as formas se rotinizem, tornem-se regulares, e conseqüentemente

institucionalizadas pela aceitação da comunidade linguística”. Dentre as alterações pelas quais uma forma em gramaticalização passa ou tende a passar estão: i) desenvolvimento unidirecional no plano semântico; ganho de propriedades morfossintáticas; e erosão. (SILVA e OLIVEIRA, 2017, p. 252).

Assim, vemos que a variação da gramática se dá a partir de modificações da língua nas modalidades escrita/falada, nos gêneros discursivos, nos graus de formalidade que a situação exige ou não, bem como através da experiência particular dos interlocutores com a língua. Portanto, a variação consiste, como já mencionado, na concorrência de formas distintas, para um mesmo uso e função¹⁵.

Logo, há muitas variantes na língua, mas não se pode dizer que uma variante é superior ou é inferiorizar a outra; porém algumas variantes são mais estigmatizadas em seus usos. A variante dita padrão se sobressai em relação a todas as outras, em virtude da educação formal. Por isso, pressupõe-se que quanto menor o grau de escolarização maior a tendência de usos estigmatizados, provavelmente pela não compreensão dos usos na língua falada e na escrita e pelo distanciamento das classes mais desfavorecidas com relação à norma culta, privilegiada pelo sistema linguístico. Portanto, nas palavras de Bagno (2003, p. 18), “é como se nosso modo de falar fosse uma língua inacessível aos olhos e aos ouvidos dos mortais comuns”. Diante do entendimento de língua como um sistema mutável, abordamos no tópico seguinte a classe dos pronomes, suas funções, variações e o que influencia essas variações.

2.3 Pronomes: conceitos e funções

A organização das palavras em classes é uma preocupação da morfologia. Parte da tentativa teórico-gramatical de dividir as palavras por categorias e agrupá-las com outras que apresentam semelhanças de comportamento. Trata-se, segundo Basso (2019, p. 65), “da definição e delimitação de classes de palavras de uma língua”.

Pinilla (2007, p. 171) recupera o estudo do agrupamento das palavras, trazendo como ponto de partida a classificação de Aristóteles, que dividia as palavras em: *nome, verbo e partícula*. Essa divisão serviu de pauta inicial para os estudos vindouros. A autora também reporta-se a Dionísio de Trácia, pois, segundo ela, foi a partir dos seus estudos que as classes

¹⁵ Bagno (2013) atribui o predomínio de uma variante em relação à outra ao fator *prestígio social*, o que seria consequência de, por “razões históricas, políticas, econômicas”, algumas classes atribuírem prestígio a si mesmas (BAGNO, 2003, p. 66).

de palavras ganharam novas roupagens e inquietações. Na obra *A arte da gramática*, a autora propôs a divisão em 8 (oito) categorias: (*nome, verbo, conjunção, artigo, advérbio, preposição, pronome e participio*), classificação que serviu de parâmetro para a língua latina e que serviu de modelo para a classificação vigente até hoje.

No PB, a classificação segue as normas estabelecidas pela NGB (Nomenclatura Gramatical Brasileira), sendo as palavras distribuídas em 10 (dez) classes, a saber: *substantivo, artigo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção e interjeição*. Contudo, normalmente são apontadas críticas às definições de algumas classes de palavras, porque as definições ora privilegiam um ou outro critério, gerando confusão.

Pinilla (2007, p. 172) argumenta que a classificação de palavras geralmente apresenta inconsistências, por não levar em consideração todos os critérios¹⁶: morfológico, funcional e semântico. Segundo ela, a tradição gramatical utiliza geralmente o critério semântico, que, sozinho, não dá conta de uma classificação completa, acarretando problemas no ensino das classes de palavras. Esta autora cita Câmara Jr (1970), que concebe o sentido não é um conceito independente, mas está interligado a forma, assim expõe que o vocábulo é uma unidade de forma e de sentido. Do ponto de vista da autora “essas definições são incompletas e devem ser revistas”.

Ilari e Basso (2006, p. 108) comentam que os gramáticos classificam as palavras geralmente com base nos critérios morfológicos e sintáticos, como demonstra a classificação do substantivo e do advérbio: “os substantivos são simples ou compostos, primitivos ou derivados, e que variam em gênero, número e grau”. Sob o critério sintático, “a principal função do substantivo é constituir o núcleo do sujeito, do objeto e dos outros sintagmas nominais”. No caso do advérbio, geralmente é classificado como “a classe de palavras que se aplicam ao verbo, mas há muitos advérbios que não o fazem”. (Op. Cit, p. 108-109). Significa dizer que os critérios usados na classificação proposta nas gramáticas diferem de um gramático para outro. Quanto à classe dos pronomes, afirmam Ilari e Basso (2006, p. 114) que se trata de uma classe heterogênea, pois nesta classe estão agrupados sob o mesmo rótulo “palavras que exercem funções muito diferentes e os gramáticos procuram lidar com o problema assim criado, trabalhando, na prática, com várias subclasses”.

¹⁶ O critério semântico diz respeito ao agrupamento das palavras de acordo com o modo de significação: extralinguístico e intralinguístico; o formal ou mórfico consiste nas propriedades da língua e nos processos de formação de palavras, ou seja, na caracterização e estrutura da palavra, já o critério funcional ou sintático diz respeito ao papel/função que o vocábulo desempenha na oração. Pinilla (2007, p. 178) apresenta um quadro em que caracteriza as classes de palavras levando em conta os três critérios de classificação.

Antes de apresentar uma revisão das definições de pronome, precisamos entender que etimologicamente, esse termo se origina do latim “pronomen”; por isso, Castilho (2010, p. 475), apresenta a substituição como a sua característica mais citada, já que pro + nome significa “em lugar do substantivo”.

A fim de fazermos um comparativo entre as percepções de diversos gramáticos e linguistas sobre esta classe de palavras, apresentamos algumas definições, iniciando o quadro abaixo pelos gramáticos mais representativos da tradição e expondo também autores que já apresentam divergências em relação a essa visão mais tradicional.

Quadro 1 - Definições de pronome

Autor/ano	Definição
Cegalla /1985	“palavras que representam os nomes dos seres ou os determinam, indicando a pessoa do discurso” (p.150).
Cunha e Cintra/2001	“Os pronomes desempenham na oração as funções equivalentes às exercidas pelos elementos nominais e servem: i) para representar um substantivo; ii) para acompanhar um substantivo determinando-lhe a extensão do significado” (p. 275).
Rocha Lima/ 2002	“Palavra que denota o ente ou a ele se refere, considerando-o apenas como pessoa do discurso” (p. 110).
Bechara/ 2010	“É a classe de palavra que se refere a um significado léxico indicado pela situação ou por outras palavras do contexto”. (p. 130).
Vilella e Kock/2001	“Os pronomes “pertencem à categoria dos sistemânticos: não nomeiam, mas estabelecem a “dêixis”, a “mostração”, a “orientação”. Os pronomes “flexibilizam o texto, estabelecendo elos entre as várias partes do texto”. (p. 212).
Castilho /2010	a) “é a parte da oração que faz as vezes do nome [=substantivo] na forma dêitica ou anafórica, e que não se acompanha de artigo”; b) “são representativos da 1ª e 2ª pessoas, mas também da terceira pessoa...”; A 1ª e 2ª pessoa são só dêiticas e nunca anafóricas, por isso não podem ser empregadas na substituição de nomes”. Já a 3ª pode ser tanto dêitica quanto anafórica. (p. 472-473).

Fonte: Elabora pela autora (2021)

As três primeiras definições são muito próximas, baseadas no critério semântico, com ênfase na função referencial ou representativa do pronome. As outras definições destacam a função dêitica ou mostrativa. Bechara (2010, p. 130) menciona a função discursiva como fundamental para a significação, assim o contexto é levado em consideração. E acrescenta que “de modo geral a referência é feita a um objeto substantivo considerando-o apenas como pessoa localizada no discurso”, reforçando a função textual dos pronomes.

Castilho (2010, p. 474) tem um alinhamento com pensamento de Bechara e o de Vilella e Koch com relação às propriedades de dêixis e retomada. Ele afirma que para “definir o estatuto categorial dos pronomes, será necessário examinar suas propriedades discursivas, semânticas e

gramaticais, e também sua gramaticalização”. Sob o aspecto semântico discursivo, tem o pronome a função de representar “as pessoas do discurso, pelo caminho da dêixis”. E acrescenta “permitem a retomada ou antecipação de participantes, pelo caminho da foricidade (anáfora e catáfora)”. Sob o aspecto formal, essa classe “exibe as propriedades morfológicas de (i) caso; (ii) pessoa e número; (iii) gênero”. Do ponto de vista sintático, são propriedades dessa classe os princípios de: “*proximidade ou adjacência*”, quando a forma acompanha o substantivo, e o da *substituição*, quando a forma substitui o substantivo”.

Vilella e Koch (2001, p. 211) reforçam que o pronome é um *elemento que ganha peso denotacional na referencialidade do texto ou situação*. Assim, refletem sobre a “pronominalidade”, esclarecendo que ela não é exercida apenas pelos pronomes, mas que outras classes podem assumir esta função. Os autores informam também que esta classe encontra sua definição no discurso, assim seu sentido é deduzido da conexão da frase, do texto ou da situação.

Autores como Monteiro (1994) e Perini (1996) apresentam críticas mais diretas às definições presentes nos compêndios gramaticais. Monteiro (1994, p 29) alega primeiramente que “nem todos os pronomes substituem nomes, os que exercem essa função nem sempre substituem substantivos, e, por fim, há expressões substitutivas que não se classificam necessariamente como pronomes”. Esse mesmo posicionamento é visível em Perini (1996), que afirma que, na cultura greco-romana, os vocábulos classificados como pronomes foram alvo de reflexões e equívocos que até hoje perduram. Segundo o autor, mesmo quando aplicável, a definição nunca consegue delimitar exatamente o grupo de itens pretendidos.

Para Perini (1996, p. 329-330), os pronomes não contêm traços semânticos ou sintáticos que permitam colocá-los em uma única classe, comprovando assim o caráter heterogêneo destes. Sobre a noção de *substituição* presente em várias definições, diz não ser clara. A partir do exemplo “Ela não gosta de quiabo”, ele explica que o pronome *Ela* pode ser substituído por um substantivo (Giselle) e ainda que o substantivo Giselle pode ser substituído tanto por um pronome como por outro elemento que não é pronome, colocando em dúvida, assim, o conceito apresentado nas gramáticas. Desse modo, o substantivo e o pronome substantivo teriam o mesmo comportamento sintático.

Sobre a noção de *acompanhar* o substantivo, Perini (1996, p. 330) diz ser vaga ou inadequada. A partir do exemplo “Meu velho paletó cinza”, explica que o pronome possessivo *Meu* está acompanhando o substantivo velho, mas em contrapartida os itens adjetivos *velho* e *cinza* estão igualmente acompanhando o substantivo *paletó*, mesmo não sendo pronomes. Assim, essa propriedade de *acompanhar*, bem como a de *substituir*, dada no exemplo anterior, não ajuda, na visão do autor, a delimitar a classe tradicional dos pronomes e apresenta visível

incoerência. Ele ainda contesta o conceito de pronome enquanto palavras que indicam a posição de um ser em relação as pessoas do discurso, ou o situam no espaço e no tempo.

Partindo de propriedades sintáticas, como: possibilidade de ser núcleo do sintagma, da posição que ocupa e funções que exerce na oração, Perini (1996) apresenta uma nova classificação para os pronomes¹⁷, distinguindo-os em: substantivos tipo 1; substantivos tipo 2; e relativos e interrogativos. Reproduzimos abaixo o quadro resumitivo sugerido pelo autor.

Figura 1 - Classificação dos itens tradicionalmente chamados “pronomes”

<p>Substantivos tipo 1: <i>eu, nós, ele, isto.</i></p> <p>Substantivos tipo 2: <i>alguém, tudo, algo.</i></p> <p>Relativos: <i>que, o qual, quem.</i></p> <p>[+PDet]: <i>todos, ambos.</i></p> <p>[+Det]: <i>o, um, este, esse, aquele, alguns.</i></p> <p>[+Poss]: <i>meu, seu, nosso.</i></p> <p>[+Qf]: <i>muitos, vários, único, terceiro.</i></p> <p>[+Num]: <i>outro, dois.</i></p>
--

Fonte: Perini (2002, p. 333)

De acordo com Perini (2002, p. 328), os pronomes substantivos se definem pelos traços: [+CP, - Mod, -PV, T, SN, +NSN, -Int-, -PN, -íssimo]. Para abreviar, são itens que só podem ocorrer como complementos do predicado ou núcleo de um SN. [+CP, +NSN]. Assim, Perini propõe que somente os que exercem função de substantivos sejam chamados de substantivos 1. São exemplos dessa categoria: *eu, ele, nós, eles, isto, etc.* Propõe ainda, que alguns pronomes sejam classificados como *substantivos tipo 2*, como: *alguém, ninguém, algo*. Estes, diferem dos substantivos tipo 1, por poderem ocorrer no SN acompanhado por outro termo como em: *esse alguém, tudo de bom*. Outras categorias são *interrogativos e relativos*, que Perini coloca em uma única classificação, pois, para efeitos de análise, podem ser considerados um único item. É importante ressaltar que na classificação de Perini estão agrupados pronomes e outras classes gramaticais, dentre elas, os substantivos, adjetivos, numerais e artigos. Assim, Perini também comprova com seu estudo o caráter heterogêneo dos pronomes e seus problemas classificatórios das gramáticas tradicionais.

¹⁷ Como o foco deste trabalho é o processo referencial, não detalhamos a proposta de Perini, que é centrada na perspectiva formal.

Após fazer alusão à visão de diversos autores¹⁸, Monteiro (1994, p. 42) concluiu que o pronome não pode ser enquadrado apenas com função de substituir nomes ou representá-lo, pois pretender classificá-los a partir desses critérios “se evidencia como bastante problemático. E, se nos detivermos na análise das relações do termo dito substituto com o seu antecedente, tudo se torna mais complexo”. (MONTEIRO, 1994, p. 30). O autor combate a ideia de que o pronome não tenha significado, sendo apenas um morfema e apresenta como falácia a ideia que os pronomes carecem de conteúdo significativo. Argumenta que os pronomes possuem significado geral próprio, definidos mediante referência à mensagem do contexto ao qual esteja inserido.

Em contestação à visão de pronome como o termo que substitui o nome, Monteiro (1994, p. 29) cita os exemplos abaixo transcritos e comenta o seu emprego.

- (1) quando *me* perguntam qual é a *minha* religião, eu digo que é a católica
- (2) deveria sabê-*lo*, tantas foram as vezes que eu li
- (3) mesmo na hipótese que o sindicato pode recorrer, deverá fazê-*lo* através de advogado
- (4) eu, geralmente no caso, eu procuro estar conversando com alguém para não ver o *crepúsculo*.

Em (1), os termos *me* e *minha*, apesar de classificados como pronomes não estão em lugar de nome; em (2), o termo *lo* não representa apenas um nome, mas um trecho do discurso anterior; em (3), *lo* não está com a função de substituição, e, em (4), o termo em destaque está substituindo um nome, e mesmo exercendo esta função não pode ser classificado como pronome.

Monteiro (1994, p.30) questiona o fato de que “mesmo com os pronomes considerados essencialmente substitutos de nomes (*ele*, por exemplo), é possível haver situações em haja referência ou não a um vocábulo”. Assim, criam-se referências definidas ou indefinidas, à depender da intencionalidade discursiva. Deste modo, “se nos reportarmos a alguém conhecido de nosso interlocutor, usamos frequentemente sem ambiguidade o pronome de terceira pessoa de modo autônomo, isto é, sem qualquer vinculação ao nome próprio”. Portanto, mesmo no uso

¹⁸ Jespersen (1994), que defende que o pronome adquire um significado variável, dependendo do contexto sintático/semântico; Bloomfiel (1955), que defende a percepção de pronomes como formas linguísticas, de um lado abrangente e abstratas e de outro simples e constantes; Hjelmslev (1971), que entende que os pronomes nada significam; Câmara Jr (1970), que defende que o significado pronominal é apenas a relação entre duas pessoas do discurso e ainda cita Cunha e Cintra (1973), que vê o pronome como puramente morfológico, incapaz de expressar conteúdo.

do pronome de terceira pessoa, que é essencialmente substituto, temos um uso mais indicativo. E “se tencionarmos marcar a indeterminação do sujeito, aí é que, com maior soma de razões, o caráter substitutivo deixa de existir”. (Op. Cit. p. 31), comprovando, mais uma vez, que esta função do pronome dependerá do contexto.

Diante disso, Monteiro (1994, p. 32) conclui que “é um grave equívoco dizer que os pronomes representam os nomes sintática e semanticamente e que esta é a sua função primordial”. O autor afirma ser inviável colocar no mesmo rótulo termos como *eu* e *ele*, pois apresentam traços morfológicos e funções diferentes. Ele reflete se seria coerente propor uma reorganização de tudo ou aproveitar o que já está feito, chamando a atenção para as falhas de interpretação, e escolhe esta segunda opção como mais viável.

Neves (2000)¹⁹, a partir de uma visão funcionalista da linguagem, reporta-se à natureza fórica do pronome, por ter como traço categorial a capacidade de fazer referência, que pode ser a uma coisa ou pessoa, ou a um dos interlocutores da fala ou enunciado. Ela apresenta a função de referenciação como fundamental no uso da linguagem para a interlocução e para remissão textual. Em Neves (2000, p. 339), temos que os pronomes são “termos da língua que têm a função particular de fazer referenciação, sem, entretanto, nomear, ou denominar substantivos”.

Neves (2000) aponta como função dos pronomes: a *interacional e a textual*. Na função interacional, os pronomes representariam na sentença os papéis do discurso, função que remete à situação de fala. Na função textual, os pronomes garantem a continuidade do texto, remetendo a elementos do próprio texto. Ela ainda apresenta uma terceira função para os pronomes: a de *explicitar a natureza temática do referente*, dispondo para isso, segundo ela, de formas particulares, sendo algumas formas restritas a função de sujeito como o *tu* e outras restritas às funções completivas como as formas oblíquas átonas, existindo assim, variações de uso nessas funções.

Sobre o fenômeno que nomeou como interlocução, Neves (2000, p. 339) expõe que “um falante se dirige a um ouvinte, tendo para isso de introduzir no seu discurso, os participantes de fala: ele mesmo e o seu interlocutor”. Assim, explica que essa introdução do discurso ocorre com palavras referenciais que são: i) os pronomes pessoais de primeira pessoa (no caso do falante); ii) os pronomes pessoais de segunda pessoa e os de tratamento (na posição de ouvinte). Atribui assim, o caráter exofórico aos pronomes de primeira e segunda pessoa, pois fazem referência a elementos que estão fora do texto, ou seja, no contexto do discurso. Sobre o aspecto

¹⁹ A gramática de usos, de Moura Neves (2000), não traz o estudo das classes gramaticais separadamente como a ocorre na gramática tradicional. A distribuição dos tópicos atende às funções das classes. No caso dos pronomes, a abordagem é na parte: junção e referência.

da remissão textual, nomeia dois elementos: i) o referenciador textual e o referente textual. Explica que as relações semânticas textuais se fazem a partir dos seguintes pronomes: *pessoais*, *possessivos*, *demonstrativos*. Inclui também nesta classificação os *artigos definidos*, chamando-os de endofóricos, pois fazem referência a elementos que estão dentro do texto.

Sobre a referenciação textual, Neves (2000) explica que palavras endofóricas fazem referência a elementos que estão dentro do texto e informa que todas as palavras endofóricas são de terceira pessoa. (Ou não-pessoa do discurso), porque a referência se faz a alguém ou algo que não faz parte da interlocução direta. Fazem parte da interlocução de forma direta, os pronomes de 1ª (quem fala), e 2ª (com quem se fala). Assim, o pronome de terceira pessoa é chamado de não pessoa, por estar fora desta interlocução, por não ser nem o falante nem o ouvinte. Desse modo, ela explica que essa referência textual pode ser chamada de anáfora ou catáfora. A anáfora fez referência a elementos já mencionados no texto e a catáfora a elementos que ainda serão citados. Percebemos, portanto, que a autora traz uma visão mais completa dos pronomes, uma vez que explica detalhadamente as funções exercidas por cada pessoa do discurso e o uso dessas pessoas para a interlocução e remissão textual.

Passemos ao estudo dos pronomes pessoais, objeto deste estudo, nas perspectivas tradicional e funcional.

2.3.1 Os pronomes pessoais e a noção de pessoa

Como ponto de partida para abordarmos os pronomes pessoais, organizamos um quadro com os conceitos representativos da visão tradicional, além da visão de Bechara que é classificado como um autor que fica entre a visão tradicional de gramática e a nova corrente moderna (pensamento funcional e sociofuncional).

Quadro 2: Definições de pronomes pessoais

Autor/ano	Definição
Cegalla – 1985	“São palavras que substituem os nomes e representam as pessoas do discurso”. (p. 150)
Cunha e Cintra – 2001	“Os pronomes pessoais se caracterizam por: 1) denotarem as 3 pessoas gramaticais... 2) por poderem representar, quando na 3ª pessoa, uma forma nominal anteriormente expressa... 3) por variarem de forma, segundo a função que desempenham na oração e a acentuação que nela recebem” (p. 276).
Rocha Lima - 2002	“Pronomes pessoais são palavras que representam as três pessoas do discurso, indicando-as simplesmente, sem nomeá-las”. (p. 110).
Bechara – 2010	“Os pronomes pessoais designam as duas pessoas do discurso e a não pessoa (não eu, não tu), considerada, pela tradição, a 3ª pessoa”. (p. 131).

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

As gramáticas tradicionais classificam os pronomes pessoais em retos (*eu, tu, ele, nós, vós e eles*), que exercem função de sujeito, e oblíquos, que exercem função de complemento. Os oblíquos átonos (*me, te, lhe, o, a, se, nos, vos, lhes, os, as, se*) e os oblíquos tônicos com preposição (*mim, ti, ele, ela, si, nós, vós, ele, elas, si*). Cegalla (1985, p. 151) quando expõe a classificação dos oblíquos, distingue-os quanto à acentuação em tônicos (*mim, comigo, etc.*) e átonos (*me, te, etc.*) e enquadra como pronome pessoal, os de tratamento. Ao exemplificar os usos dos pronomes pessoais de tratamento, comenta que o termo *você* evoluiu do *Vossa Mercê* e que seu uso ocorre no trato familiar e íntimo. Acrescenta que os pronomes de tratamento²⁰ são de 2ª pessoa, mas se usam com formas verbais de 3ª pessoa.

Cunha e Cintra (2001, p. 276) expõem as três pessoas do discurso e reforçam, quanto à 2ª pessoa, que “a pessoa com quem se fala pode ser expressa também pelos chamados pronomes de tratamento, que se constroem com o verbo na 3ª pessoa”. Ou seja, a referência ao interlocutor pode ser feita pelo pronome de 2ª pessoa (*tu*) ou pela forma de tratamento (*você*). Assim, as formas *você/vocês* são classificadas por esses autores como pronome de tratamento. Também Bechara (2010, p. 132) segue essa proposta, quando cita o uso do termo *você* para contextos de tratamento familiar ou íntimo, posicionamento que corrobora a classificação de pronome de tratamento. Em relação à 3ª pessoa, afirma que, por não estar dentro da interlocução, é também chamada de não pessoa. Para além disso, o autor analisa que “do ponto de vista semântico, os pronomes estão caracterizados porque indicam dêixis (o apontar para)”. (p. 130).

Rocha Lima (2002) utiliza os termos *pronome subjetivo* (ou reto) e *adjetivo* (ou oblíquo). Explica ainda que são os pronomes oblíquos átonos que se colocam antes ou depois do verbo, como se fossem uma sílaba a mais desse verbo e os pronomes oblíquos tônicos vêm sempre regidos de preposição. Acrescenta que as formas *o, a, os, as* funcionam como objeto direto de verbos transitivos diretos, e que a forma *lhe* representa substantivos regidos de preposição, exercendo função de objeto indireto. Na abordagem desses autores não há explicações de usos variantes destes pronomes²¹, confirmando a aproximação conceitual.

Castilho (2010, p. 476 - 477), por sua vez, explica que os pronomes de primeira e segunda pessoa são dêiticos e os de terceira anafóricos, exceto no caso de a terceira pessoa estar

²⁰ O foco deste estudo não são os pronomes de tratamento, mas consideramos essa informação contida em Cegalla (1985) relevante para o entendimento das mudanças ocorridas no sistema pronomina.

²¹ Vilella e Koch (2001, p. 216) mencionam o *você* ocorrendo em substituição ao *tu*, na maior parte do Brasil. Em termos classificatórios, enquadram a forma *você* como pronome de tratamento e esclarecem que o *a gente* ocorre “sobretudo na língua falada, como pronome”. Explicam ainda que por regra os pronomes pessoais devem ocorrer apenas como sujeitos, mas exemplifica o uso do pronome *ele* na forma de complemento.

presente no ato da fala, como em: “*Eu vou, mas ele aí não vai*”. Argumenta que os pronomes pessoais são muito suscetíveis a mudanças e apresenta um quadro dos pronomes do Português brasileiro (PB), incluindo os usos informais (ou inovadores), a exemplo dos pronomes *você* e *a gente*, formas não contempladas pela gramática tradicional.

Quadro 3 – proposta de distribuição dos pronomes pessoais em Castilho (2010)

PESSOA	PB FORMAL		PB INFORMAL	
	Sujeito	Complemento	Sujeito	Complemento
1ª pessoa sg.	<i>Eu</i>	<i>me, min, comigo</i>	<i>eu, a gente</i>	<i>Eu, me, mim, Prep + eu, min</i>
2ª pessoa sg.	<i>Tu, você, o senhor, a senhora</i>	<i>Te, ti, contigo, Prep + o senhor, com a senhora</i>	<i>Você/ocê/tu</i>	<i>Você/ocê/cê, te, ti, Prep + você/ocê (=docê, cocê)</i>
3ª pessoa sg.	<i>Ele, ela</i>	<i>o/a, lhe, se, si, consigo</i>	<i>ele/ei, ela</i>	<i>ele, ela, lhe, Prep + ele, ela</i>
1ª pessoa pl.	<i>nós</i>	<i>nos, conosco</i>	<i>a gente</i>	<i>a gente, Prep + a gente</i>
2ª pessoa pl.	<i>Vós, os senhores, as senhoras</i>	<i>Vos, convosco, Prep + os senhores, as senhoras</i>	<i>Vocês/ocês/cês</i>	<i>Vocês/ocês/cês, Prep + vocês/ocês</i>
3ª pessoa pl.	<i>Eles, elas</i>	<i>Os/as, lhe, se, si, consigo</i>	<i>eles, eis, elas</i>	<i>eles/eis, elas, Prep + eles/eis, elas</i>

Fonte: Castilho (2010, p. 477)

Castilho (2010, p. 478) comenta as seguintes mudanças no sistema pronominal brasileiro:

a) no caso da 1ª pessoa, ocorre a substituição do *nós* pelo sintagma nominal indefinido *a gente*; ambos com maior frequência na posição de sujeito, sendo a substituição por *nós* mais acentuada na função de adjunto adverbial”; quanto ao *a gente*, “na língua padrão, leva o verbo para a P3”, podendo haver uma mistura de pessoas como em: “*Nós rimos muito ontem à noite, e aí a gente começamos a se estender*”. Destaca ainda que enquanto o *nós* predomina em contextos mais formais, o *a gente* é a forma preferida em contextos mais informais, variação justificada como uma estratégia discursiva de se posicionar mais próximo ou mais distante do interlocutor.

b) em relação à segunda pessoa do singular, menciona a substituição do *tu* pelo *você*. De acordo com Castilho (2010), a gramaticalização de *você* ocorreu nos campos: fonológico, (Transformação de *Vossa Mercê* para *você*); sintático (mudança da função – de nome para pronome pessoal); e pragmático (*Vossa Mercê* era um tratamento dispensado para os reis e passou a ser usado entre iguais). Sobre os usos de *você* e *tu* nas diversas regiões do Brasil, ele explica que essa variação pode evidenciar diferença no grau de aproximação ou distanciamento no tratamento.

c) Sobre a terceira pessoa, Castilho (2010, p. 479) explica a transformação dos demonstrativos do latim, que teve como resultado: *ille*>*ele*, *illum*>*lo*, *illi*>*lhe*. Essa transformação se deu a partir de processos de gramaticalização e continuam ocorrendo modificações²²: “(i) a forma singular do pronome *ele* mudou para *ei*, e o plural *eles* para *eis*, funcionando como sujeitos; (ii) *ele* preservou o nominativo e ganhou o acusativo, funcionando como objeto direto”. Além disso, (iii) o uso do acusativo *o*, ganhou novas formas como *no*, *lo* e ainda assim está desaparecendo, sendo substituída pela forma acusativa *ele*. No quadro das mudanças, ainda temos, na visão do autor, (iv) o *lhe* mudou para *li* e ganhou caso acusativo, ou seja, é empregado como objeto direto em lugar de indireto. Do exposto, observamos o reconhecimento de formas antes não aceitas e estigmatizadas.

Como já dito, são apontados problemas em relação ao conceito de pronomes pessoais nos compêndios gramaticais. Na visão de Monteiro (1994, p. 32), um dos principais problemas é a noção de pessoa, pois “se estende indevidamente a elementos que não participam do ato discursivo”. Para ele, só existem duas pessoas no ato comunicativo a 1ª e 2ª pessoas, pois a terceira pessoa, por fazer referência a objetos que estão fora da enunciação, rompe a simetria do sistema.

Parafraseando Monteiro (1994, p. 33-34), temos as seguintes divergências de funcionamento: (i) a 1ª e 2ª pessoas (falante e ouvinte) estão sempre presentes no processo de interlocução, enquanto a 3ª (a quem ou ao que se faz referência) pode ou não estar presente e ter ou não referência definida; (ii) os pronomes de 1ª e 2ª pessoas são necessariamente definidos enquanto os de 3ª podem também ser indefinidos; (iii) os pronomes *eu* e *tu* se referem sempre a humanos; (iv) a 3ª pessoa é uma noção essencialmente negativa, por não fazer parte do enunciado; (v) *eu* e *tu* só existem no ato de fala; (vi) os pronomes de 2ª e 3ª pessoas só são definidos um em relação ao outro; (vii) a oposição *eu* e *tu* se define então pela *correlação de subjetividade*, enquanto *ele* é o membro não marcado dessa correlação; (viii) os pronomes de 3ª pessoa se ligam aos nomes dos quais são substitutos, enquanto os de 1ª e 2ª não se referem a nomes, mas a pessoas do discurso; (ix) sendo a terceira pessoa a única a apresentar flexão de gênero e número, apresenta diferenças morfológicas em relação as primeiras pessoas do discurso.

²² Como justificativa dessa variação, Castilho menciona que: (i) a redução de *ele* pode se explicar pelo peso fonético; (ii) o desaparecimento progressivo da forma *o* teria ocorrido pela tendência a próclise no PB, além de aspectos fonéticos; conclui, “a pronominalização de sintagmas nominais não é coisa rara em nossa língua”. (CASTILHO, 2010, p. 480)

Dentre as modificações no sistema pronominal brasileiro indicadas pelo autor, estão *você e vocês* em vez de *tu e vós*, que são as formas registradas nas gramáticas para a 2ª pessoa, sendo o uso da forma *tu* uma variante regional; mas o autor ressalva: “porém mesmo onde se emprega a forma *tu*, vigora a forma *vocês* para a indicação de vários ouvintes”. (p. 35-36). Quando é usado *você* em substituição a 2ª pessoa, não é que o verbo fique na terceira pessoa, como afirmam autores da tradição, mas sim “ocorre um processo de neutralização, simplificando o sistema de conjugação”, ficando assim posto: *eu cantava, você cantava, ele cantava, nós cantávamos, vocês cantavam, eles cantavam*. Nesse contexto, o autor distancia-se do que a maioria registra em termos da concordância do pronome *você*; além disso, defende que os pronomes de terceira pessoa deveriam ser enquadrados em outra classe de palavras.

Monteiro (1994, p. 38) também faz uma crítica à noção tradicional de que o *nós* é plural de *eu*, explicando que o único pronome que tem flexão de número claramente é de 3ª pessoa; no caso de *nós* “inclui antes uma referência a *eu*” e pode ou não incluir o ouvinte. Ele esclarece que, apesar de ser plural, o termo *nós* não se correlaciona com o termo *eu*, já que é impossível existir mais de um *eu*, porém inclui *eu + alguém*. A referência do pronome *nós*, segundo o autor contempla os seguintes esquemas:

1. “Aspecto inclusivo (*nós* = eu + você(s) ou eu + você (s) + ele(s));
2. “Aspecto exclusivo (*nós* = eu + alguém que não é você”
3. “Aspecto genérico (*nós* = nem eu, nem você, mas qualquer pessoa)”;
4. “Plural solidário” (*nós* estamos aqui para esclarecer as dúvidas que vão surgindo”. (MONTEIRO, 1994, p. 38).

Esse processo de referencialidade, de acordo com o autor, é definido no discurso, para demonstrar interesse, aumentar ou diminuir responsabilidades, entre outras funções. Desse modo, Monteiro (1994) e Castilho (2010) deixam nítidas as transformações em curso na língua em uso, em relação aos pronomes pessoais. Na sequência, damos continuidade ao estudo dos pronomes pessoais, contemplando pesquisas da corrente sociofuncionalista.

2.4 O uso dos pronomes sob a abordagem variacionista

Estudos sociofuncionalistas como os de Bravin (2012) e Vieira e Freire (2014) apontam para o fenômeno da variação pronominal no quadro do PB, tanto na modalidade oral quanto na escrita, confirmando o que afirmaram Monteiro (1994) e Castilho (2010) sobre os usos dos pronomes pessoais. Essa variação indica que diferentes formas e normas linguísticas coexistem para além das já prescritas na GT.

Nesse contexto, Bravin (2012) discute sobre o uso do *a gente* e do *sujeito nulo* como estratégias amplamente usadas para indeterminar o agente da ação/processo verbal. Vieira e Freire (2014), ao estudarem as variações morfossintáticas e sua relação com o ensino de português, dissertam sobre a heterogeneidade da língua, sobre a multiplicidades de formas, fazendo a correlação dessas variações na fala e na escrita na norma padrão culta. Também tratam das estratégias de indeterminação do sujeito e ainda da variação de uso dos clíticos acusativos e dativos, olhando todos os fenômenos a partir da comparação com as regras estabelecidas pela GT.

Com relação a esse aspecto da indeterminação do sujeito, vários autores direcionaram seus esforços para entender o fenômeno. Dentre eles Duarte (1993, 2003, 2007, 2008 e 2015) que estudam as transformações no quadro pronominal do PB e como estas influenciaram o sistema linguístico como um todo, bem como as formas pronominais utilizadas para indeterminar o agente. Na sequência, para entendermos o aprofundamento dos fenômenos de transformação de inserção do *você* e *a gente*, temos os estudos de Lopes (2007) e Lopes e Rumeu (2007).

Nos tópicos seguintes, tratamos da variação no uso das formas pronominais – as já existentes e as inovadoras – tanto na função de sujeito (4.1) como na de complemento (4.2).

2.4.1 Os pronomes na posição de sujeito e as variações no PB

Convém iniciar pelo conceito de sujeito, antes de nos determos na discussão do fenômeno de variação dos pronomes nessa posição/função. Assim, sob o ponto de vista sintático, Castilho (2010, p. 289-290) afirma que esse constituinte se posiciona geralmente antes do verbo, determina a concordância do verbo, é pronominalizável por *ele* e pode ser suprimido²³. Quanto às formas pelas quais um sujeito pode ser representado, cita: por uma expressão nominal, por uma expressão pronominal, por toda uma sentença ou por um zero sintático. Conforme o autor, diferentes classes podem representar o sujeito: um substantivo, um pronome, toda uma sentença substantiva, ou uma categoria vazia, também chamada de sujeito nulo.

O autor ressalta que, no PB, há uma tendência ao preenchimento do sujeito²⁴; logo, a categoria vazia está sendo cada vez menos usada e nossa língua vai deixando de ser uma língua

²³ Neste sentido, a visão de Castilho (2010) converge com a de Perini (1985), que conceitua sujeito como classe gramatical que se caracteriza pela posição que ocupa na frase e estabelecer relação de concordância com o verbo.

de sujeito omissível e passando a uma língua de sujeito preenchido²⁵. Castilho (2010, p. 294) cita a obra de Duarte (1993)²⁶ em que a autora documenta o uso de formas pronominais plenas em todos os contextos e, ao falar sobre a morfologia empobrecida do PB, comenta que o sujeito nulo resiste nos seguintes casos:

- (i) “Na primeira pessoa do singular, em orações independentes com verbos simples no presente ou passado, quase sempre precedidos por uma negação, ou com uma locução verbal.” Exemplo: “Ø Não posso mais ficar aqui a tarde toda, não, Ø tirei quatro notas vermelhas, Ø preciso dar um jeito na minha vida”.
- (ii) “Na mesma pessoa, em orações subordinadas.” Ex.: “Eu não sei se Ø vou conseguir numa sessão só.
- (iii) “Na segunda pessoa, nas interrogativas.” Ex.: “Ø já se esqueceu?”. (DUARTE 1993 APUD CASTILHO 2010, p. 293-294).

Em um outro trabalho intitulado “A queda do princípio ‘evite pronome’ no português brasileiro”, Duarte, (1993^a, p. 88-89) afirma que a queda no uso do sujeito nulo é mais rápida na primeira e segunda pessoa e menos acentuada na 3^a, pois não se deixou de omitir o sujeito, mas é visível a “preferência pelo uso da forma pronominal plena”, de forma que “as formas nula e plena são hoje, de fato, intercambiáveis, sendo aquela uma opção que se realiza cada vez menos em favor desta”.

Sobre as variações no PB, Duarte (1993^a, p. 91) comenta a substituição do pronome de 2^a pessoa *tu* pelo *você* e o paulatino desaparecimento do *nós* em favor do uso crescente de *a gente*. Ela esclarece que a identificação do sujeito pela desinência verbal torna-se difícil, pois, devido a essas transformações, ficamos com um quadro flexional empobrecido²⁷ em relação ao que tínhamos. E comenta que há os sujeitos de referência definida²⁸ e os de referência arbitrária.

²⁴ Castilho (2010) cita os dados de Tarallo (1993), que indicam um apagamento de 34,4% do sujeito contra 81,8% do objeto direto e 59,2% do objeto indireto.

²⁵ Sobre o apagamento ou preenchimento do sujeito, Silva (1998, p. 125) afirma que “a primeira pessoa é mais previsível, por isso mais apagável”.

²⁶ A obra de Duarte (1993) citada em Castilho (2010) tem por título “Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil”. Em Roberts / Kato (org. 1993: 107-128). A outra obra do mesmo ano será referida (1993a) para evitar confusão na referência.

²⁷ Nesse contexto, Kato et al. (1996) afirmam que nem sempre a morfologia pobre está associada à ocorrência de sujeito. Deste modo, a partir de dados do projeto NURC, observou que 19% de sujeitos na 1^a pessoa ocorreram de forma nula. Porém em outras situações esta forma se mostrou preferencial, como: *na segunda oração coordenada, na oração raiz, na oração dependente, com verbo acusativo, com verbo com argumento interno oracional, com verbo na segunda e terceira pessoas*. Sobre a relação entre empobrecimento da morfologia e sujeito nulo, (Negrão/Muller 1996, p. 135 apud Castilho 2010, p. 294) justifica: se o enfraquecimento da flexão é causador do aumento no uso dos sujeitos preenchidos, esse aumento deveria ocorrer com maior frequência nas pessoas nas quais a morfologia não identifica o sujeito (2^a e 3^a).

²⁸ Segundo Duarte, os sujeitos nulos ou plenos representados por SNs como “o indivíduo”, “o cara”, “o aluno” estão incluídos entre os sujeitos de referência definida e traço [+animado/+genérico]. Pode-se dizer, portanto, que o SN é definido pelo contexto, pois há substantivos de caráter genérico.

Nessa segunda categoria, a representação pronominal se dá por meio de: *você, a gente, eles, nós, eu*, pronomes que podem “aparecer nulos em estruturas com sujeitos correferentes”..

Levando em consideração alguns fatores condicionantes como idade, sexo e pessoa do discurso, a autora verificou um crescente uso do sujeito pleno, mesmo quando eles são correferentes, contexto obrigatório ao sujeito nulo em línguas como o PE. Comprova isso o exemplo: “**A casa**, virou um filme quando **ela** teve de ir abaixo”, em que a princípio não seria necessário explicitar o sujeito pronominal **ela**. Significa dizer que no PB há “a necessidade de contextos apropriados para uso de pronome nulo de 3ª pessoa com valor referencial”, (p. 96). Por outro lado, a presença de elementos de negação, de pronomes clíticos e de advérbios como “**já, só, nunca, sempre ainda**”, além do tempo verbal são fatores condicionante do sujeito nulo.

Duarte (2003, p.119), em um estudo em que analisa a evolução na representação do sujeito pronominal no PB, aponta um crescente uso do sujeito pleno e cita a presença ou ausência de elementos que antecedem o sujeito pronominal como fatores condicionantes para a sua realização nula ou plena. A autora observa que são favorecedores da representação expressa (ou realização plena) do sujeito, os seguintes casos:

- a) o uso do pronome relativo antecedendo o sujeito, como demonstra o exemplo: “Foi uma reportagem que eu vi na televisão na época que eu via televisão.”
- b) a topicalização, como em: “Minha avó gosta muito de se divertir, gosta de tomar a cerveja dela. Cerveja ela toma bastante.
- c) Ocorrência de elementos próximos ao sujeito, como os adjuntos adverbiais, a exemplo de “Agora ele deixou de ter amigo. Agora ele só tem um colega.

Conforme Duarte (2003, p. 120), “a existência de elementos adjuntos ao sujeito, sejam eles resultados de topicalizações ou adjuntos adverbiais, favorece a expressão do sujeito pronominal”. Diferentemente, o contexto de orações subordinadas é um fator condicionante para a realização nula:

- d) Eu estava grávida de Cocódi, barrigão, sete, oito, nove meses... Ø Pegava esses ônibus, Caxias, em pé. Ø Ia a Madeireira... Ø tenho dois braços.

A autora conclui que em uma língua como o PB, na qual o sistema flexional se encontra resumido a três ou quatro formas “é compreensível que o licenciamento do sujeito passe a

dependem de condições de referência, ou seja, quanto mais acessível o referente, mais facilmente se licencia e se identifica o sujeito nulo²⁹.”

Outra variação destacada por Duarte (2003) no PB é a ocorrência de sujeitos preenchidos, deslocados à esquerda, regra que contraria as estruturas compatíveis em uma língua de sujeito nulo, como revela o exemplo apresentado pela autora: “A minha vida **ela** já foi muito tranquila. Hoje ela é mais agitada. Segundo a autora, estruturas iniciais sem conectivos ou adjuntos com uma referência acessível e com traço [-animado] favorecem a realização do sujeito nulo, enquanto a presença de conjunções subordinativas, pronomes relativos e adjuntos antecedendo o sujeito favorecem o preenchimento do sujeito. Ou seja, como a presença de elementos antecedendo o sujeito pode dificultar a sua identificação referencial, nesses casos, ele tende a ser expreso.

É importante destacar ainda que Duarte (2007b/2008) apresenta formas de realização pronominal como estratégias de indeterminação³⁰. Vale acrescentar que a noção de determinação /indeterminação do sujeito, segundo Duarte (2007), é semântica, de modo que a referência indefinida pode ser representada pelo uso do verbo na 1ª e 3ª pessoas do plural (forma não expressa) ou pelas formas pronominais: *ele, nós, a gente e você* (forma expressa). Assim, Duarte se distancia da proposta da gramática tradicional.

Duarte, Kato e Barbosa (2003), despertam a atenção para o fato que o PB apresenta um sujeito nulo peculiar, indeterminado, ao mesmo tempo em que tende a apresentar o sujeito referencial expreso, além de usos de formas pronominais nominativas para representação dos sujeitos indeterminados, ao passo que o PE privilegia as construções com o uso do *se* indeterminador.

A respeito do *a gente*, Neves (2000, p. 470) conclui que ele pode ocorrer como pronome se referindo a primeira pessoa do plural e em casos de referência genérica, funcionando como índice de indeterminação do sujeito. Assim, independente da classificação recebida, o termo *a gente* está em uso, concorrendo com a primeira pessoa do plural, deixando especificamente nítido ser um caso de gramaticalização, baseado nos postulados de Hopper.

²⁹ Convém acrescentar que Cyrino, Duarte e Kato (2000) explicam que esta mudança no preenchimento do sujeito não ocorreu de forma repentina, mas progressiva e ao longo de uma hierarquia de referencialidade. Ou seja, a 1ª e 2ª pessoas ocupam o lugar mais alto da hierarquia por ter traços [+hum], enquanto a 3ª, por não estar associada às pessoas diretas do discurso, ocupa uma posição mais baixa. Assim, os autores confirmam a partir dos dados que a 1ª e 2ª pessoas constituem o contexto mais atingido pela mudança, tendo 91% dos casos de preenchimento para a 1ª pessoa e 75% de preenchimento para a 2ª. Constatam também que os índices de preenchimento são similares nos casos de sujeito com referência genérica.

³⁰ Milanez (1982) situa as formas de indeterminar o sujeito de acordo com as gramáticas tradicionais: 3ª pessoa do singular dos verbos intransitivos ou transitivos indiretos acompanhada do pronome *se*; 3ª pessoa do plural despronominalizada e reforça que as GT não reconhecem como sujeitos indeterminados os expressos na oração. Não aprofundaremos o estudo do SE como estratégia de indeterminação, por razões de recorte de corpus.

Kato e Duarte (2014, p. 3), ao estudarem as restrições na distribuição de sujeitos nulos no PB, partindo de uma perspectiva histórico/funcional, reafirmam que o português vem apresentando menor uso de sujeitos nulos e crescimento do sujeito preenchido. Esse fenômeno tem como motivação a inserção do *você* e *a gente* no quadro dos pronomes. Acrescentam que a forma *você* é dita como “totalmente gramaticalizada” enquanto a forma *a gente* é segundo as autoras, “usada principalmente na fala das gerações mais jovens”. O quadro exibido por elas associa as pessoas gramaticais e os sistemas de concordância, em diferentes períodos:

Quadro 4: Pronomes nominativos no PB, na visão de Kato e Duarte (2014)

Pessoa	Pronomes	Século XIX	Século XX/1	Século XX/2
1ps	Eu	Estudo	Estudo	Estudo
1pp	<u>Nós</u> a gente	Estudamos	Estudamos Estuda	<u>Estudamos</u> Estuda
2ps	Tu Você	Estudas Estuda	Estudas Estuda	estuda(s) estuda
2pp	Vós Vocês	Estudais Estudam Estudam estuda(m)
3ps	ela, ela	Estuda	Estuda	Estuda
3pp	eles, elas	Estudam	Estudam	estuda(m)

Fonte: Kato e Duarte (2014, p. 3)

Confirma-se em Kato e Duarte (2014) o desaparecimento de formas como *vós* e alteração na concordância de formas como tu e vocês, ao longo do tempo. A forma *a gente* é apresentada como uso mais recente no quadro dos pronomes pessoais e a forma *vocês* já aparece totalmente gramaticalizada para representar a 2ª pessoa do plural.

A modalidade escrita formal, especialmente a contida em jornais e revistas, foi estudada por Duarte (2008), que revela uma franca implantação de sujeitos referenciais definidos de terceira pessoa com forma preenchida e o uso conservador da representação do sujeito referencial indeterminado, muito próxima do PE³¹. Assim, a escrita desses gêneros jornalísticos, segundo a autora, consegue recuperar formas “praticamente extintas na fala: o uso da primeira pessoa do plural (*nós*), com pronome preferencialmente nulo, e do clítico *se*” como estratégia de indeterminação. (p. 13).

Os resultados presentes em Duarte (2015 p. 30) revelam que, independentemente do nível de escolaridade, em se tratando de falantes mais jovens, há tendência de uso de *você* e *a*

³¹ Resultados semelhantes foram apresentados em Magalhães (2001) ao estudar a realização do sujeito nulo na escola. Neste estudo, a 1ª pessoa do plural como pronome pleno teve apenas duas ocorrências, nos demais casos, usou-se a forma *a gente*. Para as análises de textos escritos, a forma preferida foi *nós*, dentre eles 64% ocorreram de forma apagada. Foram verificados na escrita os usos de 21 ocorrências de *a gente*, das quais apenas duas apareceram como nulas correferenciais, as demais se realizaram de forma expressa. Reforçando, desta maneira, a hipótese comprovada de contraste entre fala e escrita.

gente como estratégias de indeterminação, além de “uma tendência a representar foneticamente sujeitos pronominais (definidos e indeterminados)”. Há menos ocorrências do clítico *se*, que fica “restrito a alguns falantes de faixa etária mais alta, sempre como função de indeterminador.”

Em relação ao grau de determinação do sujeito, Pereira (2003), num estudo relativo ao PE, argumenta que o uso do pronome *nós* ocorre com maior frequência em casos de quantidades e referências mais específicas e o uso do termo *a gente* relaciona-se a referência mais genérica e com número não determinado, representando uma categoria de referentes ou grupo de pessoas. Os resultados de Pereira (2003), porém, são contestáveis quando aplicados ao PB, uma vez que se verificam usos do *a gente* nos contextos de referência definida ou indefinida.

Particularmente sobre a 1ª pessoa do singular, Seti (1997) discute sobre o seu uso como indeterminador, embora os gramáticos não o consideram desta forma. Há uma ampliação de sentido, com usos mais genéricos, caso em que o *eu* não está relacionado ao falante, mas a um conjunto de possibilidades de referência. Menon (1994) já mencionava o uso do pronome de primeira pessoa em contextos de indeterminação. Assim, vemos que apesar de existir outras formas pronominais mais frequentes para esta finalidade, o *eu* também será usado, à depender do contexto, como veremos nos dados deste estudo.

Também Bravin dos Santos (2000), estudando formas de representação do sujeito em textos escritos, identificou o uso de *nós* e *a gente* como estratégia de indeterminação do sujeito, formas não previstas pela GT. Em seu estudo, o uso da 1ª pessoa do plural, seja expressa, seja implícita foi destaque, o que revelou a preferência de uso de uma forma pouco utilizada na língua falada. Entretanto, o *se*, que é a estratégia descrita pela GT não teve resultado expressivo, e, mesmo quando empregado, sua ocorrência se deu em contextos com verbo transitivo direto, o que não coincide com a norma. Portanto, mesmo em textos escritos na norma considerada padrão, o uso se distancia das prescrições formais. Em relação à forma *a gente*, Bravin dos Santos (2000) identificou apenas dois usos nos seus dados, apontando que esta forma ainda é rejeitada na modalidade escrita formal, apesar de já ocorrer em alguns contextos escritos e de ser a forma preferida na modalidade oral.

Lopes e Rumeu (2007) esclarecem que, ao empregar o termo *a gente*, o falante pode fazer a concordância de 3ª pessoa do singular, ou de primeira do plural, tendência que vem sendo vista até na escrita, como em: “*A gente trabalhou à beça e pesquisamos um monte de coisa*”. A autora menciona que “Aos poucos tal interpretação semântico-discursiva passa a figurar formalmente, apesar de ainda ser condenada pelo ensino tradicional” (p. 12). Além

disso, expõe a mistura de pessoas com os usos simultâneos de *você* e *tu*³² na mesma oração configurando a segunda pessoa do singular, apontando assim, outra variação.

Lopes (2007, p. 112), ao tratar da noção de gênero dos pronomes, afirma o termo *a gente* pode especificar feminino ou masculino, assim perdeu-se com o processo de gramaticalização, a noção [+fem] contida no nome *gente*. Essa transformação também ocorreu com a forma *você*, que originalmente era uma expressão nominal feminina e passou a ser aplicável ao feminino e masculino. Assim concluiu que “os pronomes pessoais – os legítimos dêiticos – que se referem as pessoas do discurso (*eu/tu/você/nós/a gente/vós/vocês*) não apresentam gênero formal”, entretanto pela desinência verbal há uma interpretação semântica de gênero. Quanto aos pronomes de terceira pessoa, “apresentam relação de gênero formal e semântico”, e de modo geral os pronomes pessoais apresentam “traços formais semântico discursivos de número e pessoa”. Sobre a preferência de usos entre *nós* e *a gente* a autora informa que com o termo *a gente* o falante se “descompromete com o discurso, comentando assuntos mais gerais” enquanto com o uso do *nós* “possui caráter mais específico” e é usado em narrações de fatos reais. Reafirma que as formas *nós – agente, tu – você* coexistem no PB e estão em uso concorrente³³.

Ao analisar textos da fala carioca, Vieira e Freire (2014, p. 90) mencionam a forma *você* como forma preferida para indeterminação do sujeito, seguida pela categoria vazia e o pronome de 3ª pessoa do plural. Assim, observa que a escrita sofre influência do trabalho da escola, pois as variantes menos usadas na fala (*se e nós*) “passam a ser prediletas na indeterminação do agente na escrita com índices de 36% a 45%, respectivamente”. Além disso, na escrita, 1ª pessoa do plural (*nós*) é usada geralmente com o pronome preferencialmente nulo, assim como o pronome de 3ª pessoa (*ele*), resultados estes que se opõem aos expostos em relação à fala. Comparando as ocorrências de *você* e *a gente*, conclui que *o agente* já aparece em textos menos formais como crônicas, comprovando que o grau de monitoramento interfere nos usos dessas formas. Diante do exposto, infere-se que “os textos mais monitorados parecem estar mais próximos da descrição tradicional, o que evidencia a grande distância entre escrita formal e fala no Brasil”. (p. 91).

³² Sobre a concorrência entre *tu* e *você*, Ilari et al (1996) afirmam que o *você* já suplanta a forma *tu* no PB, sendo esta última usada apenas em contextos regionais.

³³ Autores como Omena (1986/2003), Lopes (1993/2003); Machado (1995) também têm demonstrado o uso da forma inovadora *a gente* em substituição ao *nós* em situações de uso na língua falada e escrita. Também Fernandes e Gosky (1986) apontam que essa substituição se dá de forma mais perceptível na língua falada e, quanto menos monitorada a linguagem for, maior índice de ocorrência. A maioria das gramáticas, porém, não faz sequer menção a esse fenômeno linguístico.

Desse modo, percebemos olhares e interpretações diversos sobre os pronomes e as formas variantes, observando que estes usos variáveis tendem à gramaticalização. No próximo tópico, veremos que o fenômeno de variação se estende à posição de complemento.

2.4.2 Os pronomes na função de complemento e as variações no PB

Também na função de complemento se observam diversas mudanças no emprego dos pronomes e entendê-las se faz necessário para compreendermos de forma sistêmica a variação pronominal no PB.

Iniciemos recuperando a visão tradicional, tendo por base Rocha Lima (2005, p. 111), o qual apresenta formas *o, a, os, as* “em substituição a um substantivo que, sem vir precedido de preposição, completa o regime de um verbo” e as formas *lhe/lhes* “representam substantivos regidos pelas preposições *a* ou *para*”. Vale esclarecer que a diferenciação dos pronomes átonos se dá na 3ª pessoa: *o, (os)*, (forma direta) *lhe (lhes)* (forma indireta) enquanto a primeira e segunda pessoas são homônimas (*me, te*).

Entretanto, no PB, os usos não se restringem aos estabelecidos pela GT. Enquanto em contextos de escrita mais formal a retomada do SN se dá pelo clítico acusativo, em contextos informais pode haver o uso do pronome nominativo de terceira do singular (*ele/ela*), na função de objeto direto, além do apagamento do objeto, que vem se apresentando como tendência preferida no PB, e a repetição do objeto.

Castilho (2010, p. 300), ao tratar do objeto direto, menciona que este pode ser preenchido por sintagma nominal de núcleo pronominal ou nominal, e por sentença substantiva objetiva direta, colocando-se habitualmente após o verbo. É proporcional aos pronomes pessoais acusativos *ele/o*, e acrescenta que na passiva correspondente, o objeto assume função de sujeito, assim expõe os seguintes exemplos:

- a) (*Viu-me na rua*) – Sintagma nominal de núcleo pronominal
- b) (*Viu o rapaz na rua*) – Sintagma nominal de núcleo nominal
- c) (*Disse que viu o rapaz na rua*) – Sentença substantivo objetiva direta

Este autor menciona ainda um uso não previsto pela tradição: o pronome **ele** com função acusativa, como em: *Maria viu ele na rua hoje*.

Também, confirma a tendência já mencionada do apagamento crescente do objeto, estratégia preferida dos falantes. Citando Duarte (1989), indica os modos de preenchimento do objeto: *clítico acusativo, pronome lexical, sintagma nominal anafórico e uso da categoria*

*vazia*³⁴. Para explicar os fatores que determinam o preenchimento ou apagamento do objeto, a autora comparou estruturas sentenciais *simples* e *compostas* e constatou que nas estruturas simples, aumentam as possibilidades de o falante elidir o objeto; em contrapartida, nas estruturas complexas há maior possibilidade da presença do objeto direto. Vejamos um exemplo de apagamento do objeto em estruturas simples:

- a) Conta essa história de seu avô de novo
- b) Você já contou Ø pra ele? (CASTILHO 2010, p. 302)

Em se tratando de estruturas complexas, a retenção do objeto geralmente ocorre por meio do pronome *ele* ou de uma sentença infinitiva: Vemos o exemplo:

- c) Eu não tenho nada pra reclamar não. Eu acho *ela* sensacional.
- d) Eu queria ter uma irmã. Eu acho *ter uma irmã* tão bom. (CASTILHO 2010, p. 302).

Com base nos dados de Duarte (1989), Castilho (2010) explica os fatores condicionantes para a retenção do objeto ou para a sua elisão, fazendo a relação entre fatores sintáticos e semânticos:

- (i) O traço /-animado/ favorece a elisão do objeto, não importando em que estrutura sintática ocorra;
- (ii) O traço /animado/ favorece a realização do objeto direto, principalmente através do pronome lexical (CASTILHO, 2010, p. 302)

O autor apresenta ainda as seguintes constatações de Duarte sobre a representação do objeto direto:

- (i) os clíticos não aparecem entre os falantes mais jovens, e só começam a ser utilizados à medida que eles progridem em sua formação escolar.
- (ii) A idade e a formação escolar não têm menor importância na emergência da categoria vazia, mostrando que a elipse do objeto direto está bem estabelecida no PB.
- (iii) Em situações mais formais, evita-se o pronome lexical e cresce a utilização de SN, mas mesmo nestas, o clítico não é utilizado. Comprovando que o clítico está em processo de desuso. (CASTILHO, 2010, p. 302-303).

Em síntese, Castilho (2010) aponta as seguintes transformações em relação aos clíticos: aparecimento da construção do objeto direto nulo; mudança na direção da cliticização³⁵; aparecimento do uso do pronome lexical como objeto direto e desaparecimento da forma *o* e suas flexões na posição de objeto direto.

³⁴ As formas de preenchimento citadas em Duarte (1989) obtiveram os seguintes percentuais: clítico acusativo: 4,9%, pronome lexical: 15,4%, sintagma nominal anafórico: 17,1% e categoria vazia: 62,6%.

³⁵ Sobre esse processo de cliticização, comparando o PB com o PE, há diferença no processo de colocação do pronome em relação ao verbo: no PE há preferência pela posição enclítica e no PB pela próclise.

Ao analisar o objeto indireto, ele afirma que o emprego dos pronomes oblíquos é mais complicado, pois são preposicionados, sendo as preposições selecionadas pelos verbos:

- a) *O livro pertence a mim, a ti, ao aluno.*
- b) *O Diretor escreveu cartas aos pais.*
- c) *Dou esta maçã ao amigo.* (CASTILHO, 2010, p. 304-305)

Os pronomes acima são, portanto, proporcionais aos dativos *-me, -te, lhe*. O autor destaca que a construção em que figuram não é compatível com a voz passiva.

Monteiro (1994, p. 165) também menciona forte tendência para o emprego do pronome sujeito e altíssima tendência para o apagamento do objeto. Ele argumenta que foram surgindo recursos alternativos para substituir os pronomes clíticos de 3ª, mas as formas alternativas, na visão do autor, ainda encontram resistência na norma culta, especialmente em ambientes mais conservadores. Portanto, em termos de frequência, na norma culta, os clíticos continuam a prevalecer, apesar da existência das formas variantes. Segundo o autor, o apagamento do clítico está relacionado não a fatores fonéticos, mas a fatores estruturais e sociais. Além disso, ocorre o uso do *lhe* com função acusativa, que se justifica segundo Monteiro (1994, p. 86) pelos seguintes fatores:

- (i) estratégia de fuga ao emprego do clítico acusativo, em fase de franca extinção;
- (ii) conservação de uma simetria morfossintática com outros pronomes (*me, te, se*) que funcionam como objetos diretos;
- (iii) ausência da preposição, o que desestabiliza a relação de oposição entre os dois tipos de complemento verbal
- (iv) recurso para excluir a ambiguidade entre as referências à 2ª ou à 3ª pessoa. (MONTEIRO, 1994, P. 86).

Para explicar essas mudanças, Monteiro recorre a vários pesquisadores que analisam o comportamento do pronome complemento a partir da perspectiva da variação linguística, dentre eles citamos Omena (1978), que, objetivando evidenciar indícios de mudança, analisou textos do português medieval em um *corpus* de língua falada, no Rio de Janeiro. A autora constatou que a regra mais comum de uso para o objeto foi o objeto nulo com 76% das ocorrências, contra 24% de uso de pronomes plenos. A autora identificou como fatores linguísticos determinantes para este uso: *traço semântico [+animado] do antecedente; antecedente em função de objeto direto; antecedente não reforçado no contexto; pronome com apenas uma função sintática; mais de um candidato ao papel de antecedente.*

Também Menon (1995, p. 99) menciona o apagamento do clítico objeto, além do uso do pronome de terceira pessoa do singular, que originalmente deveria exercer função de sujeito, com função acusativa, como em: “Deixe ele falar”, estrutura utilizada por um número

expressivo de pessoas, independente do grau de escolaridade, por não ser estigmatizado. Há variação ainda no uso do pronome indireto (*lhe*), que segundo ela, passa por um processo de regularização de formas, similar aos pronomes *me/te*.

Menon (1995) apresenta um quadro do sistema pronominal em uso, no qual expõe formas já consagradas na tradição como o *vocês* na posição de 2PP, tanto como pronome sujeito, quanto complemento, enquanto outras formas ainda estão em efervescentes mudanças como o *lhe* na posição de complemento direto, conforme exemplifica: “*Eu lhe vi ontem, no cinema*”. Construção não aceita pela norma, mas recorrente na língua falada. A autora destaca que o *lhe* não se transformou simplesmente em pronome bifuncional, pois passou a ser usado com o pronome você, assim o *lhe* teria sido “carregado” com o significado de 2ª pessoa, seguindo a forma você em seu processo de pronominalização.

A partir de um estudo comparativo do emprego dos clíticos acusativos e dativos e suas variantes no PB e PE, Freire (2005), afirma que o *lhe* pode estar passando de uma forma de terceira e segunda pessoa, para uma forma com referência exclusiva de 2ª pessoa, estando na posição sintática acusativa ou dativa³⁶.

Freire (2011, p. 377-378), ao fazer algumas considerações sobre o ensino de clíticos, aponta como estratégia de realização do objeto direto, em lugar do clítico acusativo, “o pronome lexical, (forma nominativa em função acusativa); os SNs anafóricos e o objeto nulo”. Nos dados de língua falada, a estratégia preferencial é o objeto nulo³⁷, seguido do SN anafórico.

Freire (2011, p. 380) concluiu que enquanto os clíticos acusativos e dativos “são escassos na fala, mostram-se presentes na escrita de modo até certo ponto expressivo, ainda que em competição com outras variantes”, podendo ser resultado da influência da escolarização nos usos em ambientes linguísticos mais monitorados. Portanto, confirmam-se as diferenças marcantes nos usos em relação à modalidade escrita e falada do PB.

Viana e Lopes (2012, p. 140) ao estudarem as formas *você e a gente* com funções completivas, observaram que o caráter [+humano] dos pronomes de 1ª e 2ª pessoas favorece a expressão plena para diminuir o risco de ambiguidade, assim, “ao dizer “*ele saiu com a gente/com você*”, o falante explica o referente, elucidando que a ação foi realizada com a pessoa X e não com Y”. Isso explica, segundo as autoras, as ocorrências mais frequentemente

³⁶ Estudos como os de Possenti (2002) tratam da queda do uso do *lhe* (objeto indireto) e crescente uso na função de objeto direto. O autor menciona que esta variação se dá em contextos tantos formais quanto informais, especialmente da fala. Além disso, destaca que este fenômeno não é recente, mas já se tinha registro, desde o português arcaico.

³⁷ Contrariamente, nos dados de textos jornalísticos, conforme Freire (2005), a preferência foi pelo uso do clítico acusativo. Entretanto, o objeto nulo já aparece em segundo lugar, demonstrando que já são formas concorrentes na escrita. O pronome nominativo é bem menos utilizado como é de se esperar nessa modalidade.

explícitas de 1ª e 2ª pessoas, se comparadas às ocorrências de 3ª pessoas. Elas ainda explicam as quatro funções sintáticas que poderiam ser exercidas por estas formas: *acusativo (i)*, *dativo, (ii) oblíquo complemento (iii) e oblíquo adjunto (iv)*. Seguem os exemplos citadas pelas autoras.

i) **Acusativo:** “*Apesar que foi muita muvuca ela só/ela tratou a gente super bem...*” / “*...eu acho que a imprensa ela tem uma grande parte em nos assustar...*”. (Grifo nosso).

ii) **Dativo:** “*... não tem jeito aí manda pra gente...*” / “*...ele veio dar a chance a nós de sermos felizes...*”. (Grifo nosso).

iii) **Oblíquo Complemento:** “*Ele tava falando lá com a gente...*” / “*...e a pessoa que ia ficar conosco lá... falava português...*”. (Grifo nosso).

iv) **Oblíquo adjunto:** “*... minha mãe ia com a gente pra lá ou a gente ficava na cada da minha avó...*” / “*...e depois a noite tinha o jantar dos indianos pra nós...*”. (VIEIRA E FREIRE, 2012, p. 144- Grifos nossos).

As autoras constataram ainda que a forma *a gente* é preferida na modalidade oral, o oblíquo complemento favoreceu o emprego de *a gente*, corroborando com outras pesquisas ao apontar uso mais recorrente entre os mais jovens.

O objeto direto anafórico foi estudado também por Averborg (2007), que reconheceu como formas de representação deste:

a) **O clítico acusativo**, como em: “*Um dia ela estava indo “contrabandear” quando um fiscal da “alfandega” a parou.* (Uso prescrito pela norma gramatical);

b) **Pronome lexical**, conforme mostrado a seguir: “*No dia seguinte ele também parou ela*”. (Uso variante do pronome de terceira pessoa).

c) **SN anafórico**, exemplificado a seguir: “*Quando deu 1:00 da tarde uma velhinha passou de moto (...) Mário percebeu que não era a primeira vez que tinha visto esta senhora.* Ou como em, “*Quando leu aquilo achou estranho*”.

d) **Acusativo nulo:** Vejamos: “*Ao ligar foi-lhe explicando tudo; não era bem carregamento, era contrabando mesmo; mesmo assim a velhinha achou _ o máximo.* (Poderíamos preencher por exemplo, com um demonstrativo, como em: “*Achou aquilo o máximo*”, ou “*Achou o carregamento o máximo*”. (AVERBURG, 2007, p. 100).

Assim, vemos na análise de Averborg (2007) as formas padrão em concorrência com as formas variantes. A autora identificou 35% dos casos para ocorrências de objeto nulo, 33% com usos de SN anafóricos, seguido do uso do clítico com um percentual de 23%. O pronome lexical apresentou 9% de ocorrência. Portanto, esse foi apenas mais um entre tantos estudos que apontam ao declínio do clítico acusativo e surgimento de formas alternativas a ele, mesmo em contextos formais.

Em consonância com esses estudos, Vieira e Freire (2014) reafirmam que o complemento pode ser recuperado no discurso por: um pronome lexical, um sintagma nominal ou por um objeto nulo. Vale ressaltar que nos dados apresentados não foi observada a variante pronome nominativo (ele) na função de complemento na escrita padrão. Esse fato se justifica, segundo os autores, por ser bastante estigmatizada; logo, evitam-se esses usos na escrita monitorada. Em contrapartida, é justamente na escrita monitorada que a variante prestigiada mais ocorre, chegando a um percentual de 73%.

Quanto ao clítico dativo, na língua falada, Vieira e Freire (2014)³⁸ apontam como formas de substituição o SP anafórico e o objeto nulo; não ocorrendo o uso do clítico. Na escrita, porém, além do SP anafórico e do objeto nulo, foram observados também usos do clítico.

Merece destaque ainda, a pesquisa realizada por Martins, Vieira e Tavares (2016), que caracteriza como formas de representação do objeto direto em português: *um pronome oblíquo átono, um pronome não oblíquo, um sintagma nominal, um pronome nulo ou ainda uma oração completiva de verbo*, como a oração subordinada substantiva objetiva direta. Embora cite formas já mencionadas por autores supracitados, especificam os contextos de usos de acordo com a pessoa do discurso; assim destaca o clítico *me* como forma de realização do objeto direto, porém cita que o pronome não oblíquo *eu* pode ser encontrado nessa função em algumas variedades. Representando as formas da segunda pessoa, singular e plural, destacam as formas clíticas: *te, lhe* e o pronome *você* no singular, “sendo o *te* a forma mais recorrente” (. p 24), e os pronomes *o(s), a(s) e lhe(s)* que apresentam baixa recorrência. Além disso, observaram que na norma culta padrão, os pronomes lexicais na posição de objeto também apresentaram baixas ocorrências. Dentre as modificações, surge uma estratégia alternativa: o objeto nulo, como já mencionado por outros autores

Portanto, há significativa variação no uso dos pronomes na função de sujeito e de complemento, variações mais expressivas na língua falada, e em textos menos monitorados ou informais; enquanto os textos de escrita mais formal tendem a seguir as formas prescritas pela GT. Na seção seguinte, analisamos os dados que formam o *corpus* selecionado.

³⁸ Os autores também observaram a ordem dos clíticos pronominais e perceberam que na língua oral, a próclise ocorreu em 89% dos usos contra 11% de ênclise. Além disso, os dados mostraram que os pronomes de 1ª e 2ª pessoas registram praticamente apenas usos proclíticos. Para a modalidade escrita, a próclise se deu em 54% dos usos contra 46% de ênclise.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção, realizamos a análise dos dados que formam o *corpus* (8 entrevistas e 20 artigos), retirados dos periódicos indicados na metodologia. Iniciamos pela exposição geral das ocorrências do pronome na posição de **sujeito** (5.1), suas formas plenas (expressas) ou desinencial (nula), ³⁹bem como sua referência (definida ou indefinida) em relação a primeira pessoa do singular e do plural, primeiramente no gênero entrevista e, em seguida, no artigo, identificados na exposição dos dados pelas iniciais (E) e (A), respectivamente. Adotando os mesmos critérios, analisamos os dados da segunda pessoa da terceira pessoas do singular e do plural. Terminada a análise acerca do pronome sujeito, refletimos sobre as ocorrências dos pronomes na posição de **complemento** (5.2).

No desenvolvimento da análise, serão expostos ora tabelas, ora gráficos, com a quantificação dos dados. Feito isso, explicaremos os resultados apresentando fragmentos textuais, ou seja, trabalharemos com amostras dos dados.

3.1 O pronome de primeira pessoa na posição de sujeito

3.1.1 Primeira pessoa do singular: *Eu (pleno) / Eu (Ø)*

No gênero entrevista, o pronome de primeira pessoa do singular se realizou em sua maioria expressiva pela forma não expressa (ou nula). O zero sintático representou 75,76% das ocorrências de primeira pessoa do singular, contra 24,24% das ocorrências do pronome expresso, como revela a tabela abaixo que traz os modos de representação do *eu* no gênero entrevista.

Tabela 2: Representação da 1ª pessoa do singular (Entrevista)

Entrevistas	Eu (expresso)	Eu (Ø)
1	10 (6,06%)	28 (16,97%)
2	8 (4,52%)	9 (5,45%)
3	5 (3,03%)	18 (10,91%)
4	0 (0%)	8 (4,85%)
5	1 (0,61%)	2 (1,21%)
6	12 (7,27%)	24 (14,55%)
7	3 (1,82%)	17 (10,30%)
8	1 (0,61%)	19 (11,52%)

³⁹ No decorrer do trabalho, o sujeito nulo será representado pela forma (Ø). Quanto à forma expressa (nos termos de Lopes (2007), nos referimos como forma plena, que é empregada por autores como Magalhães (2001).

Total	40 (24,24%)	125 (75,76%)
--------------	--------------------	---------------------

Fonte: Elaborada pela autora (2021)

Neste gênero, os pronomes de primeira pessoa do singular têm, em sua maioria, referência definida. Por isso, o apagamento se faz de maneira expressiva, sem gerar ambiguidade. Vejamos os dados a seguir, nos quais os trechos estão identificados com E1, E2 e etc., de acordo com a identificação do texto do qual foi retirado.

1. **Eu** me sentia no topo do mundo, diz ele, que em seus oito anos no ramo teve papel relevante ao aperfeiçoar mecanismos para monitorar pessoas e governos. [...] “Toda publicação de conversa privada causa algum desconforto, mas (\emptyset) acho que ministros, políticos, procuradores e juízes devem estar sujeitos a desconfortos desse tipo”. (VEJA, 02/10/2019, E1).
2. *O senhor conhece Fabrício Queiroz?* (\emptyset). Não o conheço, (\emptyset) nunca o vi. **Eu** nem vou ao Rio de Janeiro. **Eu** gostaria, na verdade, que ele aparecesse. (VEJA, 14/01/2019, E2).
3. Se **eu** ficar todo dia criticando o governo, o presidente da República criticando o Supremo e o Supremo criticando o Poder Legislativo, não vamos avançar. (VEJA, 28/08/2019, E3).
4. Ninguém quer sacrifícios, sobretudo, os habituados a receber benesses desproporcionais. (\emptyset) Não me refiro só aos estapafúrdios beneficiários do Legislativo e do Executivo. (ISTO É, 24/04/2019, E4).
5. Não é uma doença qualquer. É avassaladora. (\emptyset). Tive uma sensação muito ruim que (\emptyset) ia morrer. (CARAS, 15/05/2020, E8).

Os contextos sintáticos de realização do sujeito nulo estão dentro dos critérios expostos por Duarte (1993), que lista como fatores condicionantes para o apagamento orações independentes com verbos simples no presente ou passado, e com presença de marca de negação ou locução verbal, além do contexto de orações subordinadas, referindo-se a mesma pessoa (sujeitos correferenciais). Vejamos: em (1), temos o contexto de pretérito do indicativo em início de frases; Ao analisarmos o contexto, vemos que por se tratar de entrevista com um especialista (em segurança da informação) temos no segundo trecho de (1) um apagamento que o aspecto semântico ou situacional interfere pouco ou quase nada no sentido do enunciado; em (2), oração coordenativa assindética com mesmo sujeito; no fragmento (2), o interlocutor faz o apagamento em: “(\emptyset) Não o conheço, (\emptyset) nunca o vi” para se distanciar da responsabilidade; A intencionalidade discursiva e o contexto de uso, neste caso, são fatores condicionantes para o apagamento, pois ao apagar o sujeito, o entrevistado parece se ausentar

de alguma espécie de culpa, pois se afirmasse conhecer o Queiroz o advogado se colocaria em uma posição que precisaria se explicar, provavelmente não desejada por ele naquele momento, uma vez que sua missão era provar que não existia nenhuma relação entre o Queiroz e a família do Flávio Bolsonaro, seu então cliente, portanto a estratégia do apagamento aqui é um recurso discursivo. Quando deseja gerar firmeza e segurança na fala, para enfatizar a informação que não conhece usa o pronome expreso: “**Eu** nem vou ao Rio de Janeiro. **Eu** gostaria, na verdade, que ele aparecesse”.

Na maioria dos casos, temos referência definida para a primeira pessoa, exceto em (3), no qual é utilizada uma referência genérica, relacionando-se a qualquer brasileiro. Em (4) e (5), temos o apagamento total do pronome de primeira, por ser uma entrevista relacionada a um problema vivenciado pelo entrevistado, com referência muito definida.

Vale lembrar que a tradição gramatical norteia que o preenchimento do sujeito é recomendado em contextos específicos⁴⁰, como: (1) dar ênfase à pessoa do discurso, (2) evitar ambiguidades e (3) opor as pessoas gramaticais (ROCHA LIMA, 2011; CUNHA; CINTRA, 2001).

Em todos os textos, predominou a representação do pronome nulo (\emptyset), embora conforme Duarte (2007), a tendência no PB seja de preenchimento do sujeito. Esse preenchimento ocorre mais na língua falada que na escrita. Em textos jornalísticos, pode-se observar uma maior influência do fator escolaridade alinhado ao grau de monitoramento da linguagem em relação ao veículo utilizado para a circulação do texto, por isso há uma tendência a obedecer às prescrições gramaticais.

Para melhor entendermos os dados, expomos, na tabela e no gráfico, a representação da primeira pessoa no gênero artigo⁴¹.

Tabela 3: Representação da 1ª pessoa do singular (Artigo)

Artigos	Eu (expreso)	Eu (\emptyset nulo)
2	-	1
3	-	1
7	1	10
8	-	3
10	2	12

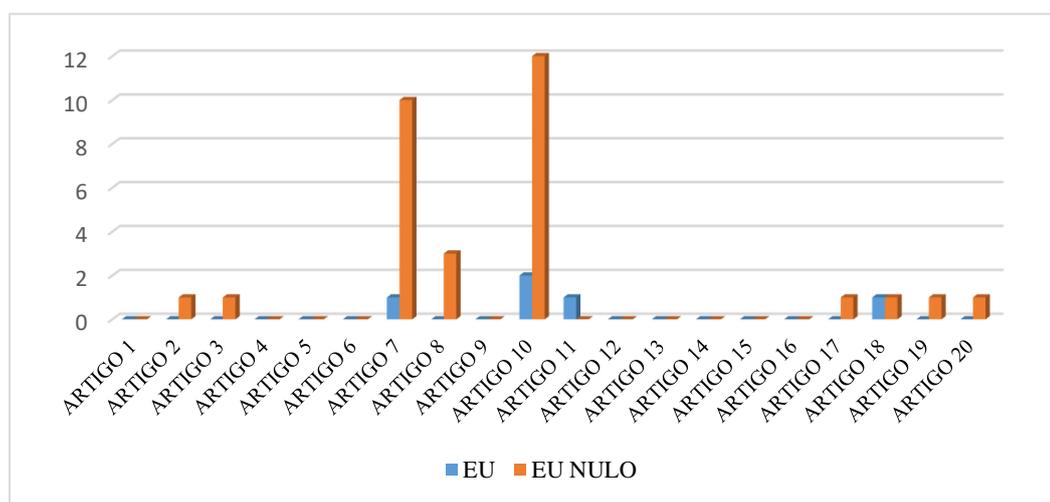
⁴⁰Silva (1998), ao analisar as condições de distintividade em relação aos sujeitos pronominais de segunda pessoa, verificou o predomínio de sujeito pleno em casos de formas morfológicas e contextuais ambíguas; logo, o preenchimento surge como estratégia para reduzir a ambiguidade. Isso não ocorreu nos dados de 1ª pessoa analisados em razão do gênero selecionado.

⁴¹ Constam na tabela apenas os artigos em que apareceram ocorrências do pronome pessoal. O número presente na tabela representa a identificação do artigo, de acordo com o anexo.

11	1	-
17	-	1
18	1	1
19	-	1
20	-	1
Totais	5 = (14%)	31 = (86%)

Fonte: Elaborada pela autora (2021)

Figura 2 – Gráfico representativa da 1ª PS – Representação quanto à forma no gênero artigo



Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Em relação aos artigos, vemos uma ocorrência ainda menor de uso do pronome de primeira pessoa do singular expresso (ou pleno). Provavelmente por influência das características do gênero, já que se caracteriza por uma escrita mais monitorada e distanciada da fala. Ainda assim, os dados demonstraram predominância de *Eu* nulo (\emptyset), com um percentual de 86% dos usos. Dessa forma, confirma o já exposto em Silva (1998, p. 125), que explica: “a primeira pessoa é mais previsível, por isso mais apagável”, afirmação feita com relação a contextos de cartas pessoais, mas que se aplica também aos gêneros analisados nesse estudo (entrevista e artigo). Dentre os fatores que levam ao preenchimento do sujeito de primeira pessoa, a referida autora menciona a necessidade de redução de ambiguidade contextual e a necessidade de reafirmar a autoria sobre o que foi dito.

Para melhor compreendermos o apagamento do sujeito de primeira pessoa neste gênero, apresentamos os trechos, ilustrados em (6):

6. (\emptyset) **FUI PELA PRIMEIRA VEZ** a uma parada LGBTQ em Los Angeles. [...] (\emptyset) Ousaria dizer que a recessão brasileira também se traduz em pobreza cultural de amplos setores.”. [...]

(Ø) Comecei minha carreira de cineasta faz quinze anos, dirigindo comerciais. (Ø) lembro o pânico de um dos meus empregadores, quando, pálido, descobriu que **eu** era gay. “E agora”? [...]

(Ø) Torço para que esta reviravolta esteja ocorrendo também nas escolas. Mesmo **eu** tendo estudado em excelentes colégios paulistanos, como o Vera Cruz, o Santa Cruz, e depois me graduado na Eaesp – FGV, (Ø) nunca ouvi uma linha daquelas instituições sobre inclusão – à exceção da querida professora de história grega. (Veja, 19/06/2019, A7).

Nesse trecho, Fernando Grostein Andrade fala sobre a parada LGBT da Califórnia e a representatividade do movimento e expõe sua opinião pessoal sobre um tema com o qual tem afinidade e alinhamento ideológico, abordando a temática a partir do seu lugar de fala. No periódico citado, observando a conexão discursiva, temos o mesmo sujeito nas orações coordenadas. Logo, o predomínio do sujeito nulo se explica por este deixar muito claro o referente e não gerar problema nenhum no entendimento. Porém, no trecho “Lembro o pânico de um dos meus empregadores, quando, pálido, *descobriu que eu era gay*”, caso o sujeito do verbo *ser* não viesse expresso, poderia gerar ambiguidade na informação, porque seria difícil identificar pela desinência verbal se a referência era à 1ª ou à 3ª pessoa. Ou seja, haveria ambiguidade; desse modo, deve-se evitar o apagamento. Em: “*Mesmo eu tendo estudado em excelentes colégios paulistanos [...]*”, temos a representação expressa do pronome, em um contexto que mais uma vez poderia gerar ambiguidade, caso optasse pelo apagamento.

Vejamos um trecho de outro artigo:

7. (Ø) CONFESSO, sempre (Ø) tive um lado místico. (Ø) Aprendi meditação, tenho fascínio por ioga. Meu maior sonho seria ficar de ponta-cabeça, apoiado só no crânio. Paixão pelo lado oculto do universo não me falta. Mas (Ø) juro, não (Ø) entendo a nova “espiritualidade quântica”. Ou seja, lá qual for o nome da atual moda esotérica existencial. Outro dia (Ø) encontrei um amigo que pretende viver de maneira “quântica”. (Ø) Fiz expressão de sabedoria. Se não (Ø) tenho a menor ideia do que alguém está dizendo, é o que (Ø) faço: expressão de sabedoria. Não (Ø) teria vergonha de assumir ignorância. (Ø) Só senti que não teria paciência para a explicação. (Ø) Aprendi a fazer essa expressão diante dos gurus da década de 60, que diziam coisas do tipo: “O nada é tudo, o tudo é nada”. [...]

Pergunta-se: o gato está vivo ou está morto? Resposta quântica: está vivo e está morto. As duas condições são reais para o gato. Não entra no exemplo nenhuma teledramaturgia, sinto muito. **Eu**, como autor, já faria a heroína da novela salvar o gato arrancando o fundo da caixa. Mas não pode. (VEJA, 28/08/2019, A10).

Nesse trecho, o colunista expressa a sua opinião sobre a teoria da física quântica e seus desdobramentos na sociedade moderna, apresentando críticas severas a este novo posicionamento e se impõe em relação à temática, deixando nítido o seu posicionamento. Há

uma sequência de orações coordenativas com sujeitos correferentes, de modo que o apagamento se justifica por haver correferencialidade. Já no trecho “**Eu**, como autor, já faria a heroína da novela salvar o gato arrancando o fundo da caixa”, o preenchimento se faz necessário para enfatizar o agente, tendo, portanto, uma topicalização do sujeito, que veio expresso, para enfatizar a autoria da ação verbal.

Sobre o aspecto da referencialidade, nos dados pesquisados, de 165 pronomes de primeira pessoa do singular encontrados nas entrevistas e 36 encontrados nos artigos, todas as formas se realizaram com referência definida, com exceção de uma ocorrência, que se teve referência genérica, comprovando que a modalidade escrita está mais próxima das prescrições gramaticais que a modalidade falada. Apesar de Duarte (1993a) mencionar que o eu pode ser usado com referência genérica, nos dados analisados, esta não foi uma estratégia utilizada.

Portanto, nos dois gêneros estudados, a tendência ao apagamento do pronome de primeira pessoa do singular é consequência, como já citado anteriormente, da correferencialidade nos contextos sintáticos de coordenação ou de subordinação. Vejamos no tópico seguinte as formas da primeira pessoa do plural.

3.1.2 A primeira pessoa do plural: A gente / Nós (pleno) / Nós (Ø)

Quanto às formas de representação da primeira pessoa do plural nas entrevistas, identificamos: *nós* (expresso e não-expresso) bem como a forma nominativa *a gente*. A forma *nós* não-expressa (Ø) foi a preferida na posição de sujeito (68 ocorrências), representando 86% das ocorrências, corroborando com o exposto em Castilho (2010) e Vieira e Freire (2014) que apresentam o nós (nulo) como estratégia preferida na representação da primeira pessoa do plural, na escrita. Além disso, constitui uma das estratégias mais significativas para a indeterminação do sujeito. Segue a tabela com os resultados.

Tabela 4 - Representação da 1ª pessoa do plural no gênero entrevista

Entrevistas	Agente	Nós	Nós (Ø)
1 (VJ)	-	-	2
2 (VJ)	-	-	3
3 (VJ)	1	2	14
4 (IE)	-	-	5
5 (EP)	-	5	11
6 (CL)	1	2	7
7 (CR)	-	-	15
8 (CR)	-	-	12

Total	2 (2,53%)	9 (11,4%)	68 (86%)
--------------	-----------	-----------	----------

Fonte: Elaborada pela autora (2021)

Os resultados obtidos revelam a preferência pelo *nós* (nulo) e estão em concordância com os resultados da pesquisa de Duarte (2007), que, ao analisar amostras de textos jornalísticos da escrita carioca – artigos, crônicas e reportagens –, encontrou no *nós*, preferencialmente em sua forma nula, uma estratégia para indeterminar o agente nestes gêneros. E com os resultados de Bravin (2012), que também identifica essa alternativa de indeterminação do agente, em textos escritos. Vieira e Freire (2014), por sua vez, comparando os usos do *nós*, seja expresso ou não expresso, e do *a gente*, destacam que na língua falada, o termo *a gente* tem preferência. Porém, nos dados aqui analisados, o fator grau de formalidade não foi determinante para justificar o uso da forma inovadora *a gente*, já que uma ocorrência⁴² foi na VEJA e outra em CLÁUDIA, representantes das categorias mais formal/menos formal, como podemos observar a seguir:

8. *O que seria exatamente esse enfraquecimento da democracia? Se não tem o Congresso, o Judiciário e o Executivo fortes, você fragiliza as instituições, dando oportunidade para que outras coisas antidemocráticas aconteçam. Não acredito que a gente poderia ter vivido um novo golpe. Isso não.* (VEJA, 28/09/2019, E3).
9. **A gente** brincava (ao se conhecerem em função do trabalho) que ele tinha passado 57 anos (desde que publicou uma autobiografia) sentado na sala pensando quem ia fazer um filme sobre sua vida, enquanto eu deitava na cama pensando o que mais ia fazer. (CLÁUDIA, jan/2015, A6).

Em (8) ao utilizar o termo *a gente* como índice de indeterminação do sujeito, doravante (II), o autor do texto se coloca de forma genérica, incluindo a ele e a qualquer brasileiro na problemática política na qual o Brasil estava então inserido, refletindo sobre o enfraquecimento da democracia, gerado pela briga entre os poderes, relatada no texto. Assim o termo *a gente*, é utilizado para indicar toda a população, sem, entretanto, deixar de fora o escritor.

Em (9) temos uma referência definida para o termo *a gente*, no qual ele representa *Angelina Jolie + Louis Zamperine*. Neste caso o *a gente* não indetermina o sujeito, apenas o representa na forma variante, demonstrando que mesmo em textos escritos essas formas variantes já tem espaço.

Passando à identificação das formas de representação da primeira pessoa do plural no gênero artigo, verificamos que há distinção em comparação à entrevista. No gênero artigo, não

⁴² Destacamos que uma das ocorrências *a gente* teve referência definida e outra, genérica.

encontramos usos da forma *nós* (plena), confirmando a tendência do apagamento, motivado em grande parte pelo aspecto gramatical da correferência. Também não houve da forma inovadora *a gente*, daí não contemplarmos ambos na tabela. A ausência do *a gente* pode ser motivada por esse gênero apresentar uma escrita mais formal, independentemente do suporte.

Tabela 5 - Representação da 1ª pessoa do plural no gênero artigo

Artigos	Nós (ø)
1	2
3	1
4	4
5	1
8	1
9	1
10	1
11	3
12	1
17	8
19	11
20	12
Total	44 (100%)

Fonte: Elaborada pela autora (2021)

Quanto ao aspecto da referencialidade, em ambos os gêneros temos usos com referência definida ou genérica. Vale ressaltar que quando nos referirmos à referencialidade, estamos nos referindo aos diferentes graus de determinação, podendo desta forma, um pronome ser mais ou menos referencial, ou seja, permitir a identificação mais ou menos precisa, podendo chegar à indefinição no contexto, quando o seu grau de generalidade for maior.

Especificamos, nas tabelas abaixo, a frequência do **nós** nulo e pleno, em relação ao critério da referência (definida ou genérica), no gênero entrevista.

Tabela 6: Distribuição do pronome Nós (nulo) quanto à referência

Entrevistas	Referência definida (conhecida)	Referência Indefinida (genérica)
1	1	1
2	2	1
3	7	7
4	1	4
5	2	9
6	5	2
7	12	3
8	12	-
Total	42 (60,87%)	27 (39,13%)

Fonte: Elaborada pela autora (2021)

Tabela 7: Distribuição do pronome - Nós (pleno) quanto à referência

Entrevistas	Referência definida (conhecida)	Referência Indefinida (genérica)
3	2	-
5	2	3
6	-	2
Total	4 (44,44%)	5 (55,56%)

Fonte: Elaborada pela autora (2021)

A fim de explicar os usos realizados no *corpus*, seguem os trechos em que ocorrem as formas mencionadas na tabela, com referência genérica ou definida:

10. Mas, como a situação estava, **nós** não iríamos votar nada no Congresso. [...] Todos **nós** estamos na média. (VEJA, 28/09/2019, E3)
11. Mas antes de (Ø) convidarmos as pessoas e continuarmos com todas as decisões do casamento, (Ø) já cancelamos tudo. (CARAS, 29/05/2020, E7).
12. Fala-se de uma desidratação de 30% (o projeto da reforma prevê uma economia de R\$ 1 trilhão em dez anos). Alguma coisa entre R\$ 600 bilhões e R\$ 700 bilhões. Uma situação a ser olhada com muito cuidado, porque **nós** estamos vivendo um momento muito delicado. [...] Depois da Previdência, aí **nós** vamos ter um outro mundo. [...] Quem está se preocupando com isso? (Ø) Estamos preocupados com a Previdência. Não há espaço para isso agora. Há um arranjo político, da opinião pública, do mercado financeiro, que, se der errado, desaba tudo. Aí (Ø) teremos uma crise de gente grande. (ÉPOCA, 08/04/2019, E5).

Em (10), temos duas ocorrências de nós (pleno) com referência definida. O primeiro se refere-se aos congressistas e o segundo, aos presidentes dos 3 poderes, mencionados no texto. Em (11), a referência do nós (nulo) está associada a Mariana Rios + Lucas Kalil, portanto, a referência é definida. Em (12), tanto os dois primeiros usos de nós (pleno) quanto os dois últimos “nós (Ø)” têm referência genérica, referindo-se aos brasileiros de uma maneira geral. No trecho, (Ø) “Estamos preocupados com a Previdência.”, avaliamos um menor grau de referencialidade, pois ora podemos entender a referência do nós, associando aos congressistas que votariam a reforma da previdência, ora aos brasileiros como um todo, dando a ele uma extensão de referência

Ao compararmos os resultados quanto ao aspecto da referencialidade, podemos observar que o nós (nulo) apresentou maior referencialidade conhecida, identificável no contexto (textual e situacional). No contexto de entrevistas analisadas, o uso do nós Ø com referência conhecida

representou 60,87%, uso recorrente especialmente nas revistas Claudia e Caras, consideradas aqui como menos formais. Nesse sentido, houve desencontro com a proposta de Kato e Duarte (2014), que avaliaram que quanto mais referencial, maior a possibilidade de um pronome não-nulo.

Os valores foram bem parecidos quanto à referencialidade do nós pleno, conforme observamos na tabela acima, corroborando com Cyrino, Duarte e Kato (2000) que ao estudarem o declínio do sujeito nulo e o desenvolvimento do objeto nulo concluíram que a referencialidade tem grande influência na pronominalização.

Para efeito de comparação, vejamos os resultados no que se refere à referencialidade no gênero artigo. Convém esclarecer que neste gênero não houve apagamento com referente definido, por isso não consta na tabela.

Tabela 8: Distribuição do pronome – Nós (\emptyset) quanto à referência no artigo

Artigos	Referência Indefinida (genérica)
1	2
3	1
4	3
5	1
8	1
9	1
11	3
17	8
19	12
20	12
Total	44

Fonte: In Focus

Em termos de comparação, ficou visível a mudança de comportamento do apagamento do pronome nos dois gêneros. Enquanto, nas entrevistas, a primeira pessoa do plural é facilmente apagada, mas mantém a referência definida, no artigo este apagamento é utilizado como estratégia de indeterminação do sujeito. Em três dos artigos da revista Cláudia, de cunho mais informal, o apagamento foi mais recorrente, como revelam os dados:

13. Todo começo de ano, (\emptyset) paramos para refletir sobre nossa vida, sempre com a esperança de que dias melhores virão. Mas no final, (\emptyset) nos enfiamos no corre-corre habitual e tudo continua na mesma entoada. [...]
Sem julgar! Só assim (\emptyset) poderemos mudar características que não nos cabem mais e modos de agir arraigados, mas equivocados. [...]

(Ø) vamos, então, utilizar esse poder em nosso benefício, em particular para nos livrar de auto boicotes. É o único meio de (Ø) nos tornarmos seres humanos mais plenos. Afinal, o que (Ø) desejamos a nós mesmas e a todos a cada ano não é mais prosperidade e felicidade? (CLÁUDIA, jan/2015, A19).

14. Maior vitrine virtual do mundo contemporâneo, as redes revelam muito sobre o que (Ø) somos e o que (Ø) pensamos. Para o bem ou para o mal, é através delas que (Ø) passamos uma primeira impressão, seja na nossa vida pessoa ou profissional. [...]

Cada vez mais (Ø) somos avaliados pela forma como (Ø) nos apresentamos em nossas redes.

(CLÁUDIA, 14/07/2020, A20).

15. O que se produziu em laboratório é uma situação comum na vida cotidiana. Se não (Ø) temos o que fazer, (Ø) andamos metaforicamente em círculos sem achar nada que atraia nosso interesse. Não (Ø) descansamos nem (Ø) relaxamos. (Ø) Entramos em um espiral de angústia e ansiedade. Mais: diferentemente das situações de exaustão por excesso de trabalho, não (Ø) sabemos muito bem como definir ou justificar essa sensação. (CLAUDIA, jan/2015, A17).

Nos trechos ilustrados acima, notamos alto grau de generalidade, de modo que se caracteriza como uma forma de indeterminar o agente, o que segundo Menon (1994), acontece quando não se pode ou não se quer nomear o sujeito.

Além disso, como afirmam Mendonça et al (2016, p. 40), “a indeterminação do sujeito pode funcionar como estratégia de polidez podendo impedir, atenuar ou reparar eventuais ameaças à face do locutor ou interlocutor durante a interação”. Em (13), a autora trata da arte do desapego de fim de ano e fala das expectativas de ano novo, sentimento que se aplica a qualquer indivíduo e em (15), que traz uma reflexão sobre a relação trabalho/estresse, a generalização é um meio de aproximação com o leitor. Ou seja, trata-se de uma estratégia de evitar conflitos na interação ou criar vínculos a partir do discurso.

Em (14) a fim de criar uma conscientização sobre o cuidado no uso das redes sociais e as consequências para o aspecto profissional, o colunista apresenta-se de maneira genérica, se incluindo no discurso que claramente é direcionado para os interlocutores. Vale ressaltar que a referência estabelecida pelo pronome nós (nulo) pode variar, a depender do contexto, pois como afirma Monteiro (1994, p.48), a referência de um dêitico é um lugar vazio que pode ser ocupado por todos”.

Vejamos a seguir, os trechos da revista Veja, que categorizamos como tendo linguagem mais formal.

16. BEM AGORA que (Ø) começávamos a considerar Rodrigo Maia uma âncora de competência e sensatez nestes tempos sombrios, talvez até uma esperança estadista na aridez da quadra política brasileira, ele conduz a Câmara na aprovação de um projeto que contém safadas modificações na lei eleitoral. [...]
O estadista apresenta dois defeitos, ao gosto em voga: é sereno é e racional. Costuma-se dizer que (Ø) vivemos a “era do espetáculo”. (Ø) Fomos além, na verdade. (Ø) Vivemos a era do estardalhaço – ideal para o triunfo dos bufões. (VEJA, 29/09/2019, A4).
17. Vai ver Bolsonaro é um tremendo estrategista e não (Ø) percebemos o alcance da jogada. [...] (Ø) Aguardamos a evolução dos acontecimentos, mas, no momento, é impossível enxergar vantagem competitiva no quesito produção de votos nesse método de gradativa redução de ganhos. (VEJA, 25/09/2019.A1).
18. Aparentemente a pessoa estaria disposta a prestar a informação. Estou então te passando. A fonte é séria”. Dallagnol responde: “Obrigado! (Ø) Faremos contato”. (VEJA, jun/2019, A8).

No último trecho, o colunista fala sobre as conversas entre o juiz Sérgio Mouro e o procurador Deltan Dallagnol, procurador responsável pelo caso jurídico relacionado ao ex presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Vale ressaltar que, ao retratar o diálogo entre o juiz e o procurador, o colunista coloca entre aspas a fala de Dallagnol em resposta a Mouro. A opção pelo apagamento do sujeito, já que este vem sinalizado apenas na desinência verbal, revela um distanciamento de responsabilidade, pois este ao responder emprega a primeira pessoa do plural, em detrimento do uso de 1ªPS, que seria o mais apropriado no contexto. Pelo contexto, por ser um procurador, poderíamos inferir que o *nós* a quem Dallagnol se refere seria *ele + sua equipe*. Entretanto, essa referência é distante e questionável, comprovando que há diferentes grau de referencialidade.

Portanto, podemos destacar que não só na Veja, mas em periódicos considerados mais formais, também se faz uso da indeterminação, especialmente no gênero entrevista, entretanto, difere-se em relação ao número de ocorrências, que é menor. Enquanto as revistas da categoria menos formal usam de maneira expressiva o nós (nulo) com referência genérica, nas revistas da categoria mais formal, esse uso ocorre de maneira moderada.

Deste modo, concluímos sobre a primeira pessoa, que a estratégia do apagamento foi comum tanto para o singular como para o plural. Para o singular, a sua referencialidade foi expressamente definida, enquanto para o plural, a referencialidade variou, tendendo para o uso genérico e servindo de ferramenta para a indeterminação do sujeito. Em relação aos gêneros houve variação no comportamento dos pronomes de primeira pessoa, principalmente quanto a 1ªPP: o agente ocorreu apenas no gênero entrevista, assim como o nós expresso, ambos

apresentaram tanto referência definida como indefinida. O nós (nulo) no gênero entrevista ocorreu preferencialmente com referência definida enquanto no artigo ocorreu definitivamente com referência genérica. Entendido o comportamento da 1ª pessoa, passamos a análise da segunda pessoa.

3.2 A segunda pessoa do Singular (*Você*) e o uso inovador como estratégia de indeterminação

Embora a representação da segunda pessoa se realize, segundo a tradição, pelas formas: *você, tu, vocês/vós, senhor (a)* no *corpus* em estudo, identificamos, nas entrevistas, as formas *você/vocês* e *senhor/senhora*, na referência ao interlocutor (entrevistado). Outra função atribuída ao *você* é a de estratégia de indeterminação, uso comum aos dois gêneros, mas com maior recorrência nos artigos.

Antes da exposição dos dados, devemos esclarecer que as formas *vocês* e *senhor (a)* não são objeto de estudo deste trabalho, pois a forma *vocês* só teve (3) três ocorrências em uma entrevista de CARAS com a cantora e atriz Mariana Rios, que falava sobre seu casamento. Desse modo, o entrevistador direcionava-se ora a ela ora ao casal, alternando *você* e *vocês*. No caso da forma *senhor (a)*, teve 8 (oito) ocorrências, representando a forma nominal usada como forma de polidez, em substituição ao pronome de 2ª pessoa. Porém não vamos discutir sobre “estratégias” de tratamento. Esta forma foi bastante utilizada na VEJA, periódico considerado neste estudo um dos mais formais.

Sobre a transformação ocorrida no uso das formas, Menon (1995) afirma que se iniciou pelo plural, por ser menos marcada e poder ser utilizada em contextos formais e informais. Assim, gradativamente essa transformação também foi ocorrendo com a forma *tu*, que foi deixando de ter diferenciações de hierarquia, tendo sido quase que totalmente suplantada pela forma inovadora.

Vejamos, na tabela abaixo, a frequência do *você* nas duas funções mencionadas, no gênero entrevista.

Tabela 9 - Usos de *você*: 2ª P e indeterminador na entrevista

Entrevistas	VOCÊ – 2ª P	VOCÊ –II
1	1	2
2	1	-
3	-	1

5	-	1
6	5	3
7	2	-
8	3	-
<hr/>		
Totais	12 (63,16%)	7 (36,84%)
<hr/>		

Fonte: Elaborada pela autora (2021)

Como demonstra a tabela, a forma *você* foi bastante recorrente na referência à 2ª pessoa, ao lado do emprego como estratégia para indeterminar o agente. Nos trechos (19) e (20) abaixo, ilustramos usos de *você* no processo de interação.

19. No momento em que denunciei os abusos na vigilância praticada pelos órgãos de Estado, muita gente disse: “**Você** rompeu o pacto”. (VEJA, set/2019, E1).
20. Se **você** perguntasse ao Brad, ele diria que eu jamais relaxo. (CLAÚDIA, jan/2015, E6).

Em (19), *você* se refere ao entrevistado - Eduardo Snowden. Este menciona a frase que ouviu com frequência ao realizar a denúncia quanto aos órgãos de vigilância dos EUA, tema da entrevista. Em (20), é utilizado na interlocução do entrevistador com a entrevistada (Angelina Jolie), neste segundo caso temos o *você* na resposta da entrevistada, representando um diálogo descontraído, por se tratar de uma entrevista com uma celebridade do cinema. Observemos, a seguir, nos trechos 21 e 22, o emprego com referência indefinida.

21. A vigilância em massa não protege as pessoas, e a razão é bem óbvia: se **você** coleta tudo sobre todo mundo, acaba não entendendo nada do que está ali. (VEJA, set/2019, E1).
22. Aconteceu quando fui para um país assolado pela guerra pela primeira vez. Quando **você** cresce em Los Angeles, se aborrece com mediocridades, bobagens. (CLAÚDIA, jan/2015, E6).

Para uma melhor compreensão desse uso, poderíamos converter o trecho (21) “Se **você** coleta tudo sobre todo mundo” em “*Se coletarmos tudo sobre todo mundo*” ou *Se se coleta tudo sobre todo mundo*”, com uma referência genérica e sem especificar a pessoa a quem cabe a responsabilidade da coleta de informações dos indivíduos na internet. O mesmo processo de generalização ocorre em (22), em que Angelina Jolie, ao afirmar que “Quando **você** cresce em Los Angeles, se aborrece com mediocridades”, reflete sobre os privilégios de todos os que nascem em Los Angeles em relação a populações que enfrentam a fome e a guerra em locais

de grande conflito. Poderíamos ter, então: *Quando se cresce em Los Angeles, se aborrece com mediocridades*”.

Quanto à referencialidade, os usos da 2ªP na entrevista têm, em sua maioria, referência definida, com um percentual de usos de 63,16%, exceto quando o *você*, mesmo preenchendo o lugar de sujeito, tem referência genérica, fenômeno que justifica o que apontam as pesquisas sobre a tendência de preenchimento do sujeito do português brasileiro, a exemplo de Duarte et al (2003), Galves (1993) e Lopes (2007).

Apesar de originar-se de uma expressão nominal, o *você* passa por um processo de gramaticalização: a forma que antes era nome se pronominalizou, mudando de categoria, ou seja, houve uma recategorização de nome para pronome. Além disso, como podemos observar o *você* está também sendo utilizado como índice de indeterminação do agente, comprovando que essas duas funções ocupadas pelo *você* são resultados de transformações no uso da língua, no qual uma forma que antes ocupava a função de pronome de tratamento ganha estas duas novas funções: a de pronome de segunda pessoa e a de índice de indeterminação.

Para melhor entendermos o uso do *você*, para efeito de comparação, vejamos a tabela a seguir, que retrata os usos no gênero artigo. Convém destacar que, na tabela, não consta tu/*você*, por não se tratar de uma interlocução direta; nesse contexto só ocorre o uso como índice de indeterminação.

Tabela 10 – Usos de *você*: 2ª P e indeterminador no artigo

Artigos	VOCÊ – I. I
7	1
17	1
18	10
19	6
20	11
Totais	30 (100%)

Fonte: Elaborada pela autora (2021)

Devido às características do gênero, parece haver ora a opção pela primeira pessoa, ou pela impessoalidade. Esta estratégia de generalização não ocorre em todos os textos, sendo mais presente em alguns artigos de CLÁUDIA (A18, A19 e A20).

Expomos alguns trechos reveladores dessa estratégia de indeterminação:

23. A homofobia pode ser política, como se deu com nosso então deputado gay assumido, Jean Wyllys. Ele saiu do Brasil, em suas próprias palavras, para não terminar como Marielle. Aliás, se **você** odeia o Jean, pense duas vezes sobre qual pode ser o motivo, tente descobrir se o que ouviu a respeito dele é verdade. (VEJA, jun/2019, A7).
24. Espero que, quando **você** estiver lendo esta coluna, esteja de férias. Ou ao menos usufrua daquele clima mais vagaroso que paira nas cidades no verão e desacelere o ritmo mental. (CLÁUDIA, jan/2015, A17).
25. E pense um pouco: **você** deve ter passado por coisas que prefere não lembrar; que estão lá dentro contidas, reprimidas, e que acha que até já esqueceu, uma vez que não pensa nelas – quem não passou por isso? Não pensa, mas elas estão lá, travando seus atos, impedindo que **você** seja livre de certos bloqueios e possa, conseqüentemente, ser mais feliz. (CLÁUDIA, jan/2015, A18).
26. Sim, como **você** já sabe, temos dentro de nós o poder de criar a própria realidade. Para o nosso bem ou para o nosso mal. (CLÁUDIA, jan/2015, A19).
27. **Você** lembra daquela máxima de que uma imagem pode valer mais do que mil palavras? [...] É ali, naquele celeiro fértil de informações, que as empresas estão buscando elementos para saber se **você** está apto ou não. [...] O ideal é que **você** tenha uma rede social para seus relacionamentos pessoais e outra para contatos profissionais. **Você** ainda pode recorrer às configurações de privacidade que as redes oferecem, assim decide o que cada um pode ver dentro do seu espaço virtual. Dessa maneira **você** protege a sua intimidade e demonstra inteligência emocional para gerenciar sua carreira. (CLÁUDIA, jan/2015, A20).

Em (23), no trecho que trata sobre homofobia, comprovamos o caráter genérico do pronome na frase “Alias, se **você** odeia o Jean”, substituindo o pronome por “*As pessoas que ...* ou “*Qualquer pessoa que....*”. Também em (24): “Espero que, quando **você** estiver lendo esta coluna, esteja de férias”, poderíamos ter “*Espero que quem estiver lendo esta coluna, esteja de férias*”. Ou seja, mais uma vez o *você* está associado a qualquer pessoa que leia o artigo. Em (25), podemos compreender o *você* seria equivalente a **todos** que passam por coisas que preferem não lembrar e elas estão lá, como empecilho à felicidade.

Podemos ainda parafrasear “Como **você** sabe”, em (26), por “*Como se sabe*”, e “**Você** lembra daquela máxima de que...”, em (27), por “*Ao recordamos daquela máxima*”; “*Ao ser recordada aquela máxima*”; “*Ao se recordar aquela máxima*”. Ou seja, nesse último trecho, as várias ocorrências de *você* revelam que o colunista preferiu o uso da estratégia do *você* como estratégia discursiva de aproximação com o interlocutor. De acordo com Milanez (1982, p. 81),

o uso do *você* com função de indeterminador envolve o ouvinte apenas hipoteticamente, “uma vez que a circunstância relatada nada tem a ver, necessariamente, com a situação pessoal do falante ou do ouvinte”. Além disso, esses modos de dizer se justificam, segundo Labov (2008), porque é comum uma língua ter diversas alternativas de dizer a mesma coisa.

Ao compararmos os dados nos dois gêneros, percebemos que o uso do *você* como estratégia de indeterminação se realizou de forma mais expressiva nas revistas menos formais, por estas estarem mais próximas de aspectos da linguagem falada, resultado que coincide com os de Duarte (2007), que identificou esse uso em sentenças finitas retiradas de amostras de fala, com um percentual bem mais significativo que a forma *se*, prescrita nas normas. Em relação aos dados retirados de textos escritos, Duarte (2007) apresenta 3% de ocorrências do *você* e no contexto de escrita o *nós* é que se mostrou preferencial, seja na sua forma nula ou plena. Portanto, neste caso, o fator grau de formalidade foi determinante para a escolha da forma nos dados apresentados neste estudo, pois as ocorrências do *você* como estratégia de indeterminação se realizaram nos textos com menor grau de formalidade.

Nos dados analisados, houve um uso significativo de *você* como índice de generalização no gênero entrevista, que, apesar de ser da modalidade escrita, tem aproximação com a linguagem oral; no gênero artigo também houve o uso significativo da forma *você* nos textos de revistas consideradas menos formais, como a CLÁUDIA (do total de 30 casos, 27 foram observados nesta revista).

Portanto, vemos que a segunda pessoa, representada nos gêneros aqui estudados pelas formas *você/vocês*, diferem-se em relação ao uso, sendo possível identificá-lo como segunda pessoa ou como índice de indeterminação. E confirma o que vimos em Duarte (1993) quanto ao preenchimento do sujeito pronominal – a segunda pessoa comprova essa tendência, tendendo ao preenchimento do sujeito pronominal. Os dados revelam que independente do gênero, o sujeito pronominal de segunda pessoa (*você*) já ocorre expressivamente de maneira preenchida.

3.3 O pronome de terceira pessoa na função de sujeito

Considerando que a 3ª pessoa, ao contrário das 1ª e 2ª, não faz parte do processo interlocutivo, não é dêitico. Assim, o pronome de 3ª pessoa (*ele/a/s*) tem função textual, coesiva, ou seja, é um elemento anafórico cuja interpretação depende de um antecedente que o identifique. Assim, o recurso de pronominalização, como afirma Monteiro (1994), é um recurso textual para evitar redundâncias desnecessárias. Porém, mesmo tendo o recurso textual de

retomada, “nem sempre o termo anaforizado se realiza foneticamente”. Deste modo, na visão do autor, no PB, a pronominalização pode dar lugar ao apagamento.

Portanto, em um mesmo texto podem ocorrer sujeitos representados pela 3ª pessoa na forma expressa e não expressa, ou seja, o pronome nulo (∅). Para facilitar a compreensão, destacamos de (28) a (30) as formas expressas, e em (31) a (33), as não -expressas. Vejamos os dados a seguir, retirados de entrevistas.

28. PRÓXIMO dos Bolsonaro há cinco anos, o advogado Frederick Wassef, 53 anos, é uma das figuras com maior influência junto à primeira-família. [...] **Ele** acaba de assumir oficialmente a defesa do hoje senador Flávio Bolsonaro (PSL- RJ) no processo em que **ele** é investigado, junto com outros 26 deputados estaduais do Rio de Janeiro. Se **ele** tivesse interesse em levantar dinheiro com a rachadinha, (∅) teria preenchido todas as vagas. (VEJA, 14/06/2019, E2).
29. Angelina Jolie teve um ano e tanto, mesmo para seus (altos) padrões. [...] Agora, **ela** adiciona à sua lista “dirigir uma superprodução baseada em história real”, e isso depois de, na mesma posição, só ter feito um filme independente. Por mais que Angelina Jolie seja Angelina Jolie, não foi fácil convencer o estúdio de que (∅) daria conta de cenas tão complicadas. Mas, teimosa, (∅) conseguiu. (CLAÚDIA, jan/2015, E6).
30. Além disso, há um lado importante de seu governo, que são os militares. **Eles** têm historicamente no Brasil, principalmente no período da ditadura, uma visão diferente da do ministro. (ÉPOCA, 08/04/2019, E5).
31. Aos 22 anos, o analista de sistemas Edward Snowden já trabalhava para a Agência Nacional de Segurança dos Estados Unidos, a NSA. [...] Baseado no Havaí, (∅) era um ilustre desconhecido, como reza o ofício, quando, em 2013, (∅) trouxe a público, com o apoio do jornalista americano Glenn Greenwald, hoje no The Intercept Brasil, documentos ultrassecretos que deixavam clara a vigilância americana a cidadãos comuns, escândalo que fez alterar leis mundo afora. [...]
32. Não importa de onde a informação veio. Se ela é de interesse público e verdadeira, que (∅) seja divulgada.”. (VEJA, 25 de set 2019, E1).
33. Esta pandemia nos deu a certeza de que não temos o domínio de nada. Mas (∅) nos trouxe de volta a solidariedade e a nossa vulnerabilidade. (CARAS, 15/05/2020).

Pela sua característica anafórica, esses pronomes ocorrem essencialmente com referência definida. Assim, em (28), a 1ª ocorrência da forma *ele* correspondente ao advogado de Flávio Bolsonaro (Frederick Wassef); e as outras duas a Flávio Bolsonaro. Em (29) o referente da forma *ela* é Angelina Jolie; e, em (30), *eles* faz referência aos militares.

Em (31) e (32) vemos que, mesmo apagado, o pronome de terceira tem referência definida. Assim, em (32) faz remissão textual ao SN *a informação*, e em (33) recupera o SN *esta pandemia*.

A tabela abaixo comprova o alto índice de sujeito expreso de 3ª pessoa. Por outro lado, em dados de fala, Duarte e Reis (2008) evidenciaram um baixo índice de sujeito expreso de 3ª pessoa.

Tabela 11 – Forma do pronome de 3ª P em entrevistas

Entrevista	Expreso		Nulo	
	Ele (a)	Eles (as)	Ele (a)	Eles (as)
1	5	2	6	-
2	19	4	-	-
3	12	-	-	-
4	4	4	-	1
5	5	3	-	1
6	14	1	1	-
7	6	1	-	2
8	4	-	1	-
Totais	69	15	8	4
	(87,5%)		(12,5%)	

Fonte: Elaborada pela autora (2021)

A fim de compararmos os dados em relação aos gêneros, vejamos algumas ocorrências dos pronomes no gênero artigo. Para melhor compreensão, em (34) e (35) vemos casos de sujeito expreso, em (36) e (37), exemplos de sujeito nulo e em (38), ilustramos os dois usos no mesmo texto.

34. BEM AGORA que começávamos a considerar Rodrigo Maia uma âncora de competência e sensatez nestes tempos sombrios, talvez até uma esperança estadista na aridez da quadra política brasileira, **ele** conduz a Câmara na aprovação de um projeto que contém safadas modificações na lei eleitoral. (VEJA, set/2019, A4).
35. Dos seis integrantes (candidatos a presidente e vice) das três chapas mais competitivas, cinco são peronistas. Só o atual presidente, Maurício Macri, não é. Mas, para vice, **ele** foi colher nas hostes adversárias um senador, Miguel Piachetto. (VEJA, ago/2019, A11).
36. O Garganta Profunda, a fonte de Bob Woodward e Carl Bernsteins sobre as entranhas do governo Nixon, foi Mark Felt. (Ø) Queria se vingar do presidente por não ter sido promovido a diretor do FBI quando J. Edgar Hoover morreu. (VEJA, set/2019, A4).
37. O escritor Marcos Aguinis, autor de livro com o provocativo título de *O Atroz Encanto de Ser Argentino*, afirma que o peronismo é “crença, sonho, conduta e até folclore”, mas “é impossível negar que (Ø) permeia valores (muitos deles negativos) arraigados em nossa sociedade”. (VEJA, ago/2019, A11).

38. Candidato à Presidência, **ele** escapou de um atentado na campanha eleitoral para obter uma vitória consagrada nas urnas. Num momento de crise econômica sem paralelo, era considerado analfabeto no assunto, incapaz de passar por qualquer prova de economia elementar. Confiou naqueles que escolheu para o governo e, em 100 dias, mudou a história do país. Seu nome? Franklin Delano Roosevelt, o 32º presidente americano. (ÉPOCA, abri/2019, A16).

Em (34) e (35), a forma plena representa referência anafórica, pois a remissão é feita a um termo já citado anteriormente no texto. Nos dois trechos seguintes, ocorre o apagamento do pronome: em (36), a referência seria ao SN *Mark Felt* e em (37), a *o peronismo*. Quanto ao trecho (38), seja o pronome pleno (ele) seja o apagamento (Ø) representam referência catafórica, anunciando um termo que ainda aparecerá no texto. Para melhor compreensão, vejamos a quantificação dos dados na tabela a seguir:

Tabela 12 – Forma do pronome de 3ª P em artigos

Artigos	Expresso		Nulo	
	Ele (a)	Eles (as)	Ele (a)	Eles (as)
1	1	-	1	1
2	1	-	2	-
3	1	-	-	-
4	2	-	-	-
5	-	-	1	1
6	2	-	1	-
7	1	-	1	-
8	4	-	2	-
9	-	-	4	-
10	1	-	-	-
11	1	-	2	-
12	1	4	1	-
13	2	1	4	4
14	-	-	-	6
15	1	-	1	-
16	1	1	6	-
17	1	1	-	-
18	-	3	-	-
20	2	2	-	-
Totais	22	12	26	12
	(47,2%)		(52,78%)	

Fonte: Elaborada pela autora (2021)

Em virtude da função anafórica dos pronomes de 3ª pessoa, todos os usos têm referente definido, independentemente do gênero. Aos compararmos os dois gêneros analisados, vemos que os usos do pronome de terceira pessoa diferem em relação à sua forma, na entrevista o pronome de terceira pessoa apresenta 87,5% de usos preenchidos, tendo maioria absoluta,

comportamento que se distancia do que ocorreu com o gênero artigo – neste a preferência é pelo apagamento, pois temos 52,78% nulo, contra 47,2% de usos expressos. Podemos concluir, portanto, que a terceira pessoa, independente do contexto de uso, já tende para o preenchimento.

3.4 Ocorrências do pronome na posição de complemento

Antes da exposição dos dados dos dois gêneros em estudo, ressaltamos que não organizamos a análise por pessoa do discurso, já que, como dito anteriormente, vamos apresentar uma visão mais geral sobre o comportamento do pronome nessa função.

Na retomada anafórica, em substituição ao objeto direto, Freire (2011, p. 15) comenta que “os trabalhos acadêmicos registram a ocorrência de três outras formas de realização do objeto direto correferente com um SN mencionado no discurso: pronome lexical, SN anafórico, objeto nulo”.

Iniciando pelo gênero entrevista, no que concerne às formas acusativas, não foram encontradas nos dados as formas: *te, a, vos, lhes, os e pronome lexical na função acusativa*. Além disso, devido à limitação de tempo para análise, não quantificamos os usos do *se*⁴³. Devemos esclarecer que não houve o emprego do pronome pleno (ele) no *corpus*. E o SN anafórico representa a forma inovadora (FI), com baixíssima ocorrência. Segue a tabela apenas com a frequência das formas identificadas no *corpus* coletado.

Tabela 13: Representação do pronome objeto no gênero entrevista

Pessoa	Forma	E1	E2	E3	E4	E6	E7	E8	Total
1ª pessoa S	ME	7	-	2	1	4	2	5	24
3ª pessoa S	O	1	5	-	3	-	-	-	9
1ª pessoa P	NOS	1	-	-	-	5	-	3	9
3ª pessoa P	AS	1	-	-	-	-	-	-	1
FI	SN anafórico	-	1	-	-	-	-	-	1
FI	∅	-	-	-	-	1	-	-	2

Fonte: Elaborada pela autora (2021)

Como revela a tabela, na entrevista, os clíticos tiveram preferência, que é a recomendação da norma tradicional. O grau de monitoramento no texto escrito e o nível de escolaridade dos entrevistados podem ser a motivação da escolha pela forma prescrita pela GT.

⁴³ O uso do *se* foi bastante significativo nas entrevistas, na função acusativa, especialmente como estratégia de indeterminação, especialmente nos periódicos classificados aqui como mais formais. Entretanto, não será abordado neste estudo, por questões de recorte de corpus.

Vale ressaltar que o clítico de terceira pessoa não ocorreu nas revistas CARAS e CLÁUDIA. Seguem abaixo alguns trechos, extraídos das diversas revistas.

40. O ex-assessor Fabrizio Queiroz disse ao MP que, de fato, recebia dinheiro de alguns funcionários do gabinete e **o** usava para pagar a assessores informais. Isso aconteceu? [...] Não **o** conheço, nunca **o** vi. (VEJA, jun/2019, E2).
41. Alguns julgam o feminismo imoral e acusam-**no** pelo fim do casamento. Outros **o** consideram uma ameaça à sobrevivência das nações. (ISTOÉ, abr/2019, E4).
42. Procuro **me** envolver em projetos que vão me acrescentar como pessoa e como profissional (CARAS, mai/2020, E7).
43. As pessoas que **nos** vigiam conhecem nossas fraquezas (VEJA, set/2019, E1).

As pesquisas de Freire (2000, 2011) indicam o clítico de terceira pessoa como o uso de maior variação. Entretanto, nas entrevistas, identificamos na maioria dos casos usos canônicos. O pronome clítico **o** em (40) recupera em primeiro lugar o SN *dinheiro*, e na segundo ocorrência, o SN *Fabrizio Queiroz*. Em contextos mais informais, poderíamos ter a construção: “*Não conheço ele, nunca vi ele*”.

Em (41), vemos um uso ainda mais raro no PB, os alomorfes do pronome clítico de terceira pessoa. Uma alternativa mais comum no PB seria: “... *e o acusam*”, em posição proclítica. E em contextos informais, seria: “... *e acusam ele*” (o feminismo imoral). Esses usos mais restritos aos contextos de linguagem com menor grau de monitoramento, não foram verificados nas entrevistas.

Em (42) e (43) também temos ilustrados os usos dos clíticos de primeira pessoa, plural e singular, respectivamente. O primeiro retoma o SN *Mariana Rios*. Procuro envolver (eu / Mariana Rios) em projetos e o segundo retoma *os brasileiros* (eu/falante + qualquer brasileiro).

Apesar de haver um uso expressivo do pronome oblíquo, inclusive o de terceira pessoa na função acusativa, nas entrevistas, também identificamos usos alternativos aos clíticos, neste gênero. Observemos os dados abaixo:

44. Afinal, houve “rachadinha” no gabinete de Flávio Bolsonaro quando ele era deputado estadual no Rio de Janeiro? Não existe e jamais existiu **a rachadinha** do gabinete do Flávio. (VEJ, jun/2019, E2).
45. É engraçado: me sinto tão rebelde hoje quanto fui **Ø** no passado, por causa das viagens que faço, da vida que levo com meus filhos, das decisões que tomo. (CLAÚDIA, jan/2015, E6).

Em (45), ocorre a repetição do SN anterior, a *rachadinha*, enquanto em (46), ao contrário, há o apagamento, ou objeto nulo, tendência apontada por diversos autores no PB, como Duarte (1989) e Freire (2000). Assim como não foram observados usos do pronome pleno em função acusativa, nas entrevistas, foram poucas formas variantes como SN anafórico e o apagamento (objeto nulo) neste gênero.

Destacamos que o apagamento do objeto foi registrado nas entrevistas classificadas como menos formais, corroborando com dados apontados por Freire (2011), que ao estudar as formas alternativas ao uso do pronome clítico no PB se baseou nos critérios de oralidade e letramento. Assim, por representarem uma linguagem mais próxima do público e com um grau de formalidade menor, a revista CLÁUDIA, na qual foi registrado uso desta forma, poderia estar mais próxima da oralidade e menos preocupadas com a polidez da linguagem, o que justificaria o uso desta variante.

A fim de compreendermos se há diferença de comportamento entre os dois gêneros em estudo, vejamos a tabela com os dados do gênero artigo.

Tabela 14: Representação do pronome objeto no gênero artigo

	Me	o	A	nos	os	as	TC	SN	Ø
A2	-	-	1	-	1	-	2	-	-
A4	-	5	-	-	1	-	6	-	-
A7	1	-	-	-	-	-	1	-	-
A8	-	-	1	-	-	-	4	-	-
A9	-	3	-	-	-	-	3	-	-
A10	1	-	1	-	-	-	2	1	-
A11			2	-	1	-	2	-	-
A13	-		1	-	-	-	1	-	2
A15	-	2	2	-	-	-	4	-	-
A18	-	-	-	-	1	1	2	-	-
A19	-	-	-	2	-	-	2	-	-
A20	-	1	-	2	-	-	-	-	-
T	4	11	8	4	4	1	29	1	3

Fonte: Elaborada pela autora (2021)

Os resultados apontam que o clítico tem uso significativo de representação do complemento, no gênero analisado. Vejamos os dados a seguir.

46. No Peru, Keiko Fujimori foi transferido de prisão, para onde **a** levou a mãe de todas as construtoras corruptas, e internada numa clínica com “crise hipertensiva”. (VEJA, set/2019, A2).

47. A ingênua e desesperada esperança da população do Rio de Janeiro, de que os bandidos milicianos **a** livrariam do jugo dos bandidos traficantes, logo morreu. (ISTOÉ, abr/2019, A13).
48. Lembro-**me** de ter visto, em outras oportunidades, um bilhete circulando de mão em mão, menos na minha, é claro (VEJA, jun/2019, A7).
49. Mas no final, **nos** enfiamos no corre-corre habitual e tudo continua na mesma entoada. (CLAÚDIA, jan/2015, A19).

Em (46) o clítico *a* recupera “*Keiko Fujimori*”, de forma anafórica. Em (47) faz remissão a “*população do Rio de Janeiro*”. Recuperando o recém anunciado objeto. Já Em (48) e (49) temos o uso dos clíticos de primeira pessoa, em usos reflexivos.

Em relação aos usos ditos inovadores, observamos o caso do apagamento (objeto nulo) em função acusativa, mesmo assim, com baixíssima ocorrência, como já era esperado, por se tratar do texto formal.

50. As duas condições são reais para o gato. Não entra no exemplo nenhuma teledramaturgia, sinto muito. Eu, como autor, já faria a heroína da novela salvar o gato arrancando o fundo da caixa. Mas não pode. Ø (VEJA, ag/2019, A10).
51. Há quinze anos morreu no Rio de Janeiro o traficante José Carlos dos Reis Encina, conhecido como “Escadinha” e senhor absoluto do Morro do Juramento. Ele e sua quadrilha interceptavam na Via Dutra caminhões com frangos e caminhões com bujões de gás, roubavam as cargas e distribuía^m Ø aos favelados. Foi preso, fugiu espetacularmente de helicóptero, foi preso outra vez, gravou um CD e boa parte da mídia romantizou Ø. (ISTOÉ, abr/2019, A13).

Como vemos em (50) o objeto que complementaria o verbo poder foi apagado. “*Mas não pode salvar o gato...*”. Em (51) o primeiro caso de apagamento tem o SN *cargas* como referente, enquanto o segundo apagamento, tem o SN “*fugiu espetacularmente de helicóptero...*” como referente.

Quanto ao SN anafórico, existe o mecanismo da retomada anafórica, que é um recurso de coesão textual muito presente em gêneros formais, mas não a mera repetição do SN, conforme ilustra o trecho a seguir.

53. **HÁ GOVERNANTES** que optam por dividir as forças políticas em seu entorno para reinar. Há os que preferem aproveitar a passagem pelo poder para somar e há o método Jair Bolsonaro de subtrair apoios no intuito de mais livremente governar e, desse modo, almejar a conquista de um novo mandato. É difícil entender **essa estratégia da subtração**, mas, enfim, é a propagada por ele. (VEJA, set/2019, A1).

Como vemos, em (53), o SN *essa estratégia de subtração*, retoma abreviadamente toda a informação precedente, recurso próprio na escrita. Portanto, os dados do artigo confirmam a preferência ainda pela representação do objeto direto pelo pronome clítico.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise nos permitiu concluir que a norma tem forte influência sobre o texto escrito, especialmente os gêneros jornalísticos analisados neste estudo (entrevista e artigo), confirmando a visão de que o grau de monitoramento da linguagem interfere nas escolhas das formas linguísticas. Além disso, as características do gênero e as intenções discursivas do autor também podem ser fatores influenciadores na linguagem escolhida.

Em relação à representação do sujeito, observamos que a primeira pessoa do singular ocorreu preferencialmente nula em ambos os gêneros. Ou seja, na entrevista, o apagamento obteve um percentual de 75,76% e, no artigo, um percentual de 86%. Esse apagamento se justificou pelos aspectos da correferencialidade linguística, fortemente presente nos contextos dos gêneros analisados, especialmente na entrevista. Além disso, como o referente é altamente previsível, a primeira pessoa do singular se torna mais facilmente apagável; por esse mesmo motivo a referência se deu quase que exclusivamente de maneira definida.

Quanto ao comportamento da primeira pessoa do plural, também o *nós* (nulo) foi a forma preferida. Na entrevista, tivemos um percentual de 86% de uso e algumas ocorrências de *nós* expesso e da forma inovadora *a gente*. Nesse gênero, as formas se realizaram com referência definida ou indefinida. Comportamento diferente se fez no gênero artigo, pois neste a primeira pessoa do plural foi representada exclusivamente pela forma *nós* (nulo) e esta se deu exclusivamente com referência indefinida ou genérica, funcionando como índice de indeterminação do agente.

A segunda pessoa confirmou a tendência apresentada em Duarte (2003) sobre o aspecto do preenchimento do sujeito com formas pronominais indefinidas ou genéricas. Desse modo, foram observados dois tipos de uso para a segunda pessoa: o *você* em substituição à segunda pessoa na interlocução e o *você* como índice de indeterminação do sujeito. No gênero entrevista, tivemos um percentual de 63,16% para o *você* definido, na interlocução, como segunda pessoa; e um percentual de 36,84% como indeterminador. Em relação a esses dois tipos de ocorrência no gênero entrevista, a maioria da forma representante de segunda pessoa se realizou na pergunta do entrevistador, enquanto a forma indeterminadora se realizou preferencialmente nas respostas do entrevistado. Em contra partida, no gênero artigo, todas as ocorrências de segunda pessoa, registradas, foram como índice de indeterminação. Observamos, portanto, um comportamento diferente de um gênero para outro, em consequência de suas características e dos contextos sintáticos inerentes a eles.

No que tange o emprego da terceira pessoa, quanto à forma, no gênero entrevista tivemos um percentual de 87,5% da forma expressa, contra 12,5% da forma nula. No gênero artigo, entretanto, a terceira pessoa se realizou preferencialmente nula, com um percentual de 52,78%, comprovando mais uma vez uma mudança de comportamento de um gênero para outro. Em relação à referência da terceira pessoa, pelo seu caráter anafórico, correu exclusivamente com referência definida, nos dois gêneros.

Portanto, de modo geral, a primeira pessoa se realizou mais apagada, enquanto a segunda e terceira tenderam ao preenchimento do sujeito. A referencialidade dependeu não somente do gênero em questão, mas também da intencionalidade discursiva do falante/escrevente, além de aspectos sintáticos na construção do texto.

Em se tratando do comportamento do pronome na função de complemento, no caso do uso acusativo, percebemos nos gêneros analisados, uma visível preferência pelo uso dos pronomes clíticos, em concordância com a GT. (o, a, os, as e seus alomorfes). Entretanto, realizou-se poucos casos de variações já previstas por autores como Galves (1993) e Freire (2000), tais como o SN anafórico e o objeto nulo.

Dessa forma, reforçamos o entendimento de que a língua é um sistema heterogêneo e dinâmico e que a variação é inerente à língua. Todas as variações descritas e observadas neste estudo podem ser classificadas, segundo a Teoria da Variação e Mudança, como uma “variável linguística” e essas, precisam ser observadas a partir da perspectiva do sociofuncionalismo, que estuda a língua a partir dos fenômenos observados no uso e entende que o processo de constituição da gramática é constante, gradual e dirigido pelo discurso.

REFERÊNCIAS

- AVERBUG, M. C. G. **Variedade Linguística nas escolas brasileiras**: pronomes nominativo, acusativo e dativo. XXII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, Lisboa, Anais. Lisboa: APL, p. 95-110, 2007.
- AZEREDO, J. C. **Gramática Houaiss da língua portuguesa**. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BAGNO, M. **A colonização pronominal**. In: Braziliarios.com – Jornal do Romário. Colunas, Marcos Bagno, 2017. Disponível em: <https://brasiliarios.com/colunas/66-marcos-bagno/689-a-colonizacao-pronominal>. Acesso em: 26 de jan/2020.
- BAGNO, M. **A norma oculta: língua & poder na sociedade brasileira**. São Paulo: Parábola, 2003.
- BARBOSA, P.; KATO, M.; DUARTE, E. **Sujeitos indeterminados em PE e PB**. 2003.
- BASSO, R. M. **Descrição do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2019.
- BIAZOLLI, C. C. "**Atração do pronome**"? **Discutindo a atuação de proclisadores no PE e no PB sob o viés das normas**. Revista Diálogos, v.7, n. 1, 2019, p. 124-145. Disponível em: <http://www.periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/revdia/article/download/7238/pdf>. Acesso em: 26 de jan. 2020.
- BOFF, O. M. B.; KÖCHE, V. S.; MARINELLO, A. F. **O gênero textual artigo de opinião: um meio de interação**. ReVEL, vol. 7, n. 13, 2009.
- BRASIL. C. N. E. / Câmara de Educação Superior. **PARECER CNE/CES N: 39/2013 e PROJETO DE RESOLUÇÃO** que Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Jornalismo. Brasília: MEC/CNE, 2013.
- BRAVIN, A. M. **Variação linguística e o estudo da indeterminação do sujeito nas escolas brasileiras**. In Práticas de ensino do português, São Paulo: Editora Contexto, 2012.
- BRITO, A. M. (Ed.). **Gramática**. Universidade do Porto, 2010.
- CASTILHO, A. T. **A língua falada no ensino do português**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2002.
- CASTILHO, A. T. **Fundamentos teóricos da gramática do português culto falado no Brasil**: sobre o segundo volume, classes de palavras e as construções gramaticais. ALFA: Revista de Linguística, v. 51, n. 1, 2007.
- CASTILHO, A. T. **Língua falada e gramaticalização**. Filologia e linguística portuguesa, n. 1, p. 107-120, 1997.
- CASTILHO, A. T. **Nova Gramática do português brasileiro**. São Paul: Editora contexto, 2010.

CASTILHO, A. T. **Os mostrativos no português falado**. In: Gramática do Português Falado, V. II. S. Paulo. Editora da UNICAMP, p. 119-145, 1996.

CEGALLA, D. P. **Novíssima gramática da língua portuguesa, com numerosos exercícios**: para os alunos do curso fundamental (5a./8a. séries do ensino de 1o. grau) e para todos os estudiosos da língua nacional. São Paulo: Companhia Editora Nacional: 1985.

CORDEIRO, A. A. S. **Gramática emergente**: a gramaticalização do “aí”, “só que” e “quem”: Universidade de Brasília, 2012.

CUNHA, C. F. **Gramática da língua portuguesa**. 3ª ed. Ver. E atual. Rio de Janeiro, FENAME, 1976.

CUNHA, M. A. F.; TAVARES, M. A. **Funcionalismo e ensino de gramática**. Natal: EDURN, 2016.

DA SILVA MENON, O. P. **O sistema pronominal do português do Brasil**. Revista Letras, v. 44, 1995.

DA SILVA MENON, O. P. **Pronome da Segunda pessoa no Sul do Brasil**: tu/você/o senhor em Vinhas da Ira. Letras de hoje, v. 35, n. 1, 2000.

DE MOURA NEVES, M. H. **A gramática de usos é uma gramática funcional**. ALFA: Revista de Linguística, 1997.

DUARTE, F. B. **Distribuição de pronomes fortes, fracos e afixos em línguas de sujeito nulo**. Revista do GEL, v. 5, n. 1, p. 32-56, 2008.

DUARTE, M. E. L. **Avanço no estudo da mudança sintática associando a Teoria da Variação e Mudança e a Teoria de Princípios e Parâmetros**. Cadernos de Estudos Linguísticos, Campinas, SP, v. 57, n. 1, p. 85–111, 2015. DOI: 10.20396/cel.v57i1.8641473. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8641473>. Acesso em: 4 maio. 2021.

DUARTE, M. E. L. **Do pronome nulo ao pronome pleno**: a trajetória do sujeito no português do Brasil. Português brasileiro: uma viagem diacrônica. Campinas: Editora da Unicamp, p. 107-128, 1993.

DUARTE, M. E. L. **O sujeito de referência indeterminada em sentenças infinitivas**. Revista do GEL, v. 5, n. 1, p. 9-30, 2008.

DUARTE, M. E. L. **Para uma nova descrição da sintaxe do ‘Português Padrão’**. Cadernos de Letras da UFF, v. 25, n. 51, 2016.

DUARTE, M. E. L. **Termos da oração**. Vieira, Sílvia Rodrigues & Brandão, Sílvia Figueiredo. Ensino de gramática: descrição e uso. São Paulo: Contexto, 2007.

FERREIRA, E. P.; LIMA, L. S. **Gramática, Funcionalismo e Ensino de Língua**. Revista de Letras, v. 2, n. 38, p. 90-102, 2 dez. 2019. FRANCHI, C. Criatividade e gramática. In:

POSSENTI, S. (Org.). Mas o que é mesmo “gramática”? São Paulo: Parábola, 2006. p. 34-101.

FREIRE, G. C. **Considerações sobre o ensino de clíticos**. Anais do SIELP, v. 1, n. 1, p. 377-384, 2011.

FURTADO DA CUNHA, A. **Funcionalismo**. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo (Org.). Manual de linguística. 1. ed., 3ª reimpr. São Paulo: Contexto, 2013, p. 157-176.

FURTADO DA CUNHA, M. A.; TAVARES, M. A. **Linguística funcional e ensino de gramática**. In: _____. (Org.). Funcionalismo e ensino de gramática. Natal/RN: EDUFRN, 2007. p.13-51.

GONÇALVES, S. C. L.; LIMA-HERNANDES, M. C.; CASSEB-GONÇALVES, S.C. L; LIMA-HERNANDES, M. C; CASSEB-GALVÃO, V. C. Org. **Introdução à gramaticalização: princípios teóricos e aplicação**. São Paulo: Parábola, 2007.

GÖRSKI, E. M.; COELHO, I. L. **Variação linguística e ensino de gramática**. Workingpapers em Linguística, v. 10, n. 1, p. 73-91, 2009.

HALLIDAY, M. A. K. **Explorations in the function of language**. London. Edward Arnol, 1973a.

HOPPER, P. J. **Emergent grammar**. Berkeley Linguistics Society. v. 13, 1987. p. 139-157.

HOPPER, P.& Traugott, E., **Grammaticalization**, Cambridge, CUP, 1993.

HOPPER, P. J. et al. **On some principles of grammaticization**. Approaches to grammaticalization, v. 1, p. 17-35, 1991.

ILARI, R.; BASSO, R. **O português da gente: a língua que estudamos, a língua que falamos**. São Paulo: Contexto, 2006.

KATO, M. A.; DUARTE, M. E. L. **Restrições na distribuição de sujeitos nulos no Português Brasileiro**. Revista Veredas, v. 18, n. 1, p. 1-22, 2014.

KENNEDY, E.; MARTELOTTA, M. E. **A visão funcionalista da linguagem no século XX**. In: Maria Angélica Furtado da Cunha; Mariangela Rios de Oliveira; Mário Eduardo Toscano Martelotta. (Org.). Linguística Funcional: teoria e prática. Rio de Janeiro: DP&A/Faperj, 2003, v., p. 17-28.

LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos**. Trad. M. Bagno, M. M. Scherre e C. Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].

LOPES, C. R. S. **Pronomes pessoais**. Ensino de gramática: descrição e uso. São Paulo: Contexto, v. 1, p. 103-119, 2007.

LOPES, C. R. S.; RUMEU, M. C. B. **“O quadro de pronomes pessoais do português: as mudanças na especificação dos traços intrínsecos”** In: Descrição, história e aquisição do português brasileiro. 1 ed.São Paulo/Campinas: FAPESP/Pontes.

- MARTELOTTA, M. E.; VOTRE, S. J.; CEZARIO, M. M. (Ed.). **Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional**. Tempo Brasileiro, 1996.
- MARTINS, A. **Gramática emergente: uma leitura**. U.Porto, Universidade do Porto, 2010.
- MARTINS, A. P. P. **Funcionalismo linguístico: um breve percurso histórico da Europa aos Estados Unidos**. Domínios de Linguagem, v. 3, n. 2, p. 18-35, 2009.
- MENDONÇA, J. J.; FREITAG, R. M. K. **Primeira pessoa do plural com referência genérica e a polidez linguística**. SOLETRAS, n. 31, p. 39-57, 2016.
- MONTEIRO, J. L. **Pronomes pessoais**. Fortaleza, Edições UFC, 1994.
- MONTEIRO, J. L. **Variação no uso dos pronomes pessoais no português do Brasil**. VERBA 17, 1990, 145-157.
- MOURA NEVES, M. H. **Gramática de usos do português**. São Paulo: UNESP, 2000.
- NEVES, M. H. M. **O funcionalismo em linguística**. NEVES, Maria Helena da Moura. A gramática funcional, v. 2, 1997.
- NUNES, J. **Direção de cliticização, objeto nulo e pronome tônico na posição de objeto em português brasileiro**. In. Português brasileiro: uma viagem diacrônica, p. 207-222, 1993.
- OLIVEIRA, S. M. **Objeto direto nulo, pronome tônico de 3ª pessoa, SN anafórico e clítico acusativo no português brasileiro: uma análise de textos escolares**. Revista Virtual de Estudos da Linguagem–ReVEL, v. 5, n. 9, 2007.
- PEREIRA, S.M.B. **Gramática comparada de a gente: variação do português europeu**, 2003. 100f. (Dissertação (Mestrado em Gramática comparada) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2003.
- PERINI, M. A. **Princípios de linguística descritiva: introdução ao pensamento gramatical**. São Paulo: Parábola, 2006.
- PINILLA, M. A. **Classes de palavras**. In. Ensino de gramática: descrição e uso / Silvia Rodrigues Vieira, Silvia Figueiredo Brandão, (Organizadoras). – São Paulo: Contexto, 2007.
- POSSENTI, S. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. Campinas: Mercado de Letras, 1996.
- ROBERTS, I.; KATO, M. A. **Português brasileiro: uma viagem diacrônica: homenagem a Fernando Tarallo**. Editora da UNICAMP, 1993.
- SEARA, I. C. **A variação do sujeito nós e a gente na fala florianopolitana**. Organon, v. 14, n. 28-29, 2000.
- TRAVAGLIA, L. C. **A gramaticalização dos verbos passar e deixar**. In: Revista da ABRALIN. Volume VI. Número I. Janeiro/Junho de 2007.

TRAVAGLIA, L. C. **Gramática e interação**: uma proposta para o ensino de gramática. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

TRAVAGLIA, L. C. **Gramática e interação**: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

VIANNA, J. B. S. **A concordância de nós e a gente em estruturas predicativas na fala e na escrita carioca**. 2006, 109f. Dissertação (Mestrado em Língua portuguesa) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.

VIANNA, J. B. S. **Semelhanças e diferenças na implementação de a gente em variedades do português**. Tese (Doutorado em língua portuguesa) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

VIEIRA, S. R.; FREIRE, G. C. **Variação morfossintática e ensino de português**. Ensino de português e sociolinguística. São Paulo: Contexto, p. 81-114, 2014.

VOTRE, S. J. **Funcionalismo em Linguística**: Iconicidade. (org.). Edição de Suzana d'Ávila C. Rigoni. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Faculdade de Letras. Cursos de pós-graduação em Letras, 1993.

VOTRE, S. J.; NARO, A. J. **Mecanismos funcionais do uso da língua**. In: MACEDO, A.; RONCARATI, C.; & MOLLICA, M. C. (orgs.). *Variação e discurso*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

ZILLES, A. M. S. **O que a fala e a escrita nos dizem sobre a avaliação social do uso de a gente?**. Letras de hoje. Porto Alegre. N. 148 (jun. 2007), p. 27-44, 2007.